



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO

CATARINE VENAS RODRIGUES

Sobre linhas, costuras e corpos.

Niterói

2015

CATARINE VENAS RODRIGUES

Sobre linhas, costuras e corpos.

Orientadora: Prof^a. Pós Dra. Cecília Maria
Bouças Coimbra.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Psicologia – Estudos da
Subjetividade do Instituto de Ciências
Humanas e Filosofia da Universidade Federal
Fluminense como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Niterói

2015

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Pós Dra. Cecília Maria Bouças Coimbra
Universidade Federal Fluminense

Prof^ª. Pós Dra. Heliana de Barros Conde Rodrigues
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof^ª. Pós Dra. Márcia Oliveira Moraes
Universidade Federal Fluminense

Niterói

2015

À Luiza, estrela bailarina que compõe meu corpo.

Agradecimentos

Que os singelos agradecimentos presentes nessa escrita continuem se estendendo pela vida em encontros.

Aos corpos que também sou e me são ressalto a alegria da multiplicidade: ruas, loucos, crianças, gatos, cachorros, silêncios, ruídos e os inomináveis.

À minha mãe, irmã, avós, tios e primos, agradeço as linhas fornecidas para as costuras.

Ao meu pai, parceiro de toda vida, uma vastidão de sorrisos; ressalto os encantamentos por meus tropeços e por ter me mostrado que as nuvens mudam de desenho.

Luiza, és minha estrela, como isso é bom.

Regina, amiga incansável, me alegra só de pensar em ti.

Élton, agradecida por todo colorido querido. Trouxeste cores inéditas.

Juliana, escreveria mais uma dissertação só para agradecê-la.

Carol, nem sabes que agradeço, mas foste tu companheira em grande parte dessa jornada.

Heliana Conde, obrigada pela delicadeza dos gestos entre gargalhadas.

Márcia Moraes, obrigada pelas contribuições de um olhar sensível e sagaz.

Débora, Livia, Rafa, Pedro, Mari, Carol, Lucila, Tainá, Léa, Cátia, Patrícia, Ricardo, Gabriel, Guilherme e tantos e tantos, mas não menos importantes, muito obrigada.

Larissa, todo afeto.

A todo o grupo do Cecilândia, rs, quantos bordados feitos e desfeitos... Agradecida.

Cecília, o que dizer... Quando achei que segurava minha mão nessa escrita, segurava meu corpo. E, achando de estar segura, quando vi já era outra. Para você:

“... Que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica, nem com balanças, nem barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós.” (Manoel de Barros)

Resumo

Deslizando entre nossas internações em manicômios e a céu aberto, os corpos se borram apontando as camisas de força nas vitrines da cidade. Aqui, convidamos as provocações de Beatriz Preciado, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Judith Butler e Donna Haraway a pensar conosco tecnologias de gênero e, não mais, gênero. As relações estabelecidas entre gênero, sexo e desejo foram interrogadas à medida que nos é interessante colocar em xeque o corpo orgânico e imaculado de sempre. Entre linhas e costuras: os desacordos entre corpos. Apostou-se nos rasgos que costuram corpos de densidades intensivas.

Palavras-chave: corpos intensivos, manicômio, tecnologias de gênero, processo de subjetivação, produção desejante.

Abstract

Sliding between our admissions into mental hospitals and the open sky, the bodies blur pointing to the straitjackets on the city showcases. Here, we invite Beatriz Preciado, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Felix Guattari, Judith Butler and Donna Haraway, with all the disturbance they bring, to think with us about gender technology, and, no more, about gender alone. The relationships between gender, sex and desire are checked as we think of how interesting it is to investigate the always organic and immaculate body. As we were sewing, we see disagreements among bodies. We agree that tears on the different tissues can make seam of bodies of intensive densities.

Key-words: intensive bodies, asylum, gender technologies, process of subjectivity desiring production.

Sumário

Introdução

Conceitos e experiências.....	7
Pintando as unhas de gênero	11
Dos esmaltes das nossas unidades hospitalares a outras pinturas	15
Andando pelos capítulos	20

Cenas I

Processos de subjetivação e identidade..... 23

1.1 Internação a céu aberto!	23
1.2 Alguma noção de gênero	36
1.3 Da gestação à gestão	40
1.4 O paralítico a andar!	44

Cenas II

Gênero e sexo: qual é o seu? 46

2.1 Travestindo-se	49
2.2 Performatividade	51

2.3 Guimbas de pulmões limpos.....54

2.4 Desejo, prazer e potentia gaudendi56

2.5 A menina, a mocinha, outrxs58

Cenas III

Cenas na cidade: linhas, costuras e corpos 66

3.1 As portas e suas passagens66

3.2 Clandestinidade70

3.3 Atropelo: vaga-lume!.....75

Ensaio [de uma conclusão]77

Referências Bibliográficas..... 80

Discografia.....83

Vivo em um mundo onde muitas coisas que supunha impossíveis são possíveis.

Guillaume Dustan. Dans ma chambre, Paris: POL, 1996.

INTRODUÇÃO

Este estudo deslizará no pensamento como estranhamento, não somente para uma análise crítica da produção cultural do corpo, mas também para apontar minha implicação com o tema. Evidenciando, assim, como reproduzo e afirmo a mesma lógica que pretendo questionar. As camisas de força que guardo no armário, penduradas tal qual roupas, sujeitando um corpo doméstico esvaziado dos tantos que poderia criar; os dispositivos de produção de subjetividade sexual que me arquitetam semelhante à prisão, impedindo saídas e encurralando a vida em ortopedias políticas baseadas em regimes jurídicos, científicos, farmacológicos que aniquilam a plasticidade, afirmando o modelo ideal/normal a ser seguido; as tecnologias que controlam meu corpo e de que faço uso, como a identificação do batom desenhado na porta do banheiro feminino, no qual entro e não saio mais; e as substâncias que ingiro (pílulas, medicamentos para emagrecer, para controle dos hormônios, analgésicos, etc.) diluindo-se no corpo que leva até esse mesmo banheiro. Defecando e limpando meu gênero.

No endurecimento de um texto formatado para o entendimento, tenho me apropriado e desapropriado desta escrita. Neste ponto, o de fazer sentido, um dos conceitos de Haraway (1991), o de conhecimento situado ou saber localizado, será uma ferramenta fundamental para a compreensão de pontos valiosos. A autora trata do objeto

de estudo dando visibilidade ao lugar do qual sua análise parte, pois em sua perspectiva o pesquisador tem como ponto de partida sua própria subjetividade e seu contexto cultural. Resta saber: onde então me localizo nisso tudo?

Percorro corredores repletos de vozes, retiro os sapatos e começo então a transitar junto com os 230 pés descalços; alguns corpos gritam e outros, de tão silenciosos, ensurdecem. Sou também essa multidão em voz, silêncio e corpo. Desde que possamos entender esse corpo não mais como corpo humano, não sendo somente de natureza biológica. Donna Haraway (1985) acredita que a natureza é feita como fato e como ficção, o que já bastaria para deslocarmos noções como corpo natural, ser humano, corpo humano, identidade, etc. Organismos não seriam objetos naturais, não nascem, são produzidos nas e pelas práticas. Sendo assim, o corpo referido não é feito exclusivamente de cabeça, tronco e membros. No mínimo, diríamos: cabeça, tronco, membros e próteses. Corpos próteses aleijados vivendo em velocidades complexas que achatam o cuidado de si; próteses para suprir as adaptações necessárias; para o alcance de altas performances, etc.

O cyborg¹ retrata esse outro olhar para o que chamamos de corpo, que não é definido pela soma das próteses e nem pelos membros que tem, mas sim por essa fusão homem/máquina. Clones que nos embaralham a visão entre o natural e o artificial, enxertos, anabolizantes, estimulantes farmacológicos que intensificam a imaginação, a percepção, em outras palavras, o tesão guardado no bolso; basta uma pílula e as funções corporais até então involuntárias são acionadas. É o social fundido com o biológico,

¹ Donna Haraway, 1985, p. 11.

estimulando funções não meramente orgânicas, mas criando verdadeiros organismos sociais complexos. Haraway complementa:

[...] De um lado, a mecanização e a eletrificação do humano; de outro a humanização e a subjetivação da máquina. É da combinação desses processos que nasce essa criatura pós-humana a que chamamos cyborg [...] (HARAWAY, 1985, p.12)

A noção de cyborg nos parece interessante acompanhada de outro conceito chamado de espécies companheiras. Haraway (2008) traz com este conceito o esforço para não reduzir a discussão as máquinas ou algo do pós-humano, meramente utópico e fictício. A ideia de espécies companheiras borra a noção de sujeito ou subjetividade fora da história, dos contextos e transformações culturais à medida que considera os encontros entre as espécies. Isto quer dizer que embora trabalhe com categorias construídas e por isso a palavra *espécies*, o que se destaca é a não evidência prévia da forma que virá de um encontro. Ou seja, o conceito nos serve para colocarmos em questão a construção da nossa própria espécie. As categorias existem, como por exemplo, animal e humano; entretanto, o que mais?! Carregamos as formas bem definidas e chamamos isso de encontro. Um gato andando que passa na nossa frente é um gato andando. Nesse extermínio que herdamos de outras passagens, o olhar desse gato vira gato, o rabo desse gato vira gato, temos um gato passando à frente e nada mais passa nesse encontro. As espécies companheiras propõem justo o contrário, o encontro dará a forma, o gato não será somente um bichano peludo. É no encontro com o gato

que não se sabe o que desdobrará, colocando em desmonte a construção tanto de gato quanto de humano.

É no mínimo curioso que a imagem imaculada do sujeito venha sendo em grande parte colocada em questão justamente pelos processos de transformação no corpo humano. A ontologia humana é posta em xeque nesse híbrido que extrapola o contorno corporal, tendo fluxo na corrente sanguínea da cidade. A cidade cheia de cyborgs e espécies companheiras que referimos é composta por fluxos diversos, acomodações e desacomodações, inquietações de diferentes ordens, bem como as subjetividades, inventadas ou reproduzidas nas experiências. A perspectiva da metrópole congelada desmorona junto com a subjetividade centralizada no indivíduo. Uma cidade que se apresenta em suas prateleiras de onde compramos o que comer, nas receitas médicas feitas sob medida, nos tênis de última geração, na veiculação da mídia, etc. A ideia desse corpo máquina nutrido por largas produções industriais e tecnológicas, ainda assim, nos parece o corpo humano e natural de sempre.

Esses 230 pés que aqui conto e de que também me aproprio como sendo meus nem sempre foram os membros que promoveram deslocamento. Olhando para o chão facilmente os “vigilantes de gênero” (PRECIADO, 2012) se equivocariam com aquelas solas dos pés mais grossas do que o piso áspero do território². Não seria diferente olhando para aquelas cabeças raspadas. Mulheres?! Homens?! Ainda não estou certa de tais lugares.

² Território – A partir de Deleuze e Guattari, “o ambiente de um grupo que não pode por si mesmo ser objetivamente localizado, mas que é constituído por padrões de interação por meio dos quais o grupo ou coletivo assegura uma certa estabilidade e localização”. E acrescentam: “exatamente no mesmo sentido o ambiente de uma única pessoa (ambiente social dele ou dela, espaço de vida pessoal, hábitos dele ou dela) pode ser visto como um ‘território’, no sentido psicológico, a partir do qual a pessoa age ou para o qual se volta” (Deleuze e Guattari, 1997, p.219).

Pintando as unhas de Gênero

Unidade de longa permanência psiquiátrica – era o que dizia a placa fora do portão trancado. A fotografia daquele funcionamento revelava o que Foucault, em 1975, descrevia como *instituições de sequestro*:

[...] instituições de sequestro... São aquelas instituições que retiram compulsoriamente os indivíduos do espaço familiar ou social mais amplo e os internam, durante um período longo, para moldar suas condutas, disciplinar seus comportamentos, formatar aquilo que pensam [...] (VEIGA-NETO, 2011, p. 3).

O funcionamento manicomial já existia desde o século XIX no Brasil. A docilização daqueles corpos, sendo passíveis aos moldes que chegavam, chamava a atenção. A entender por moldes aqui, a produção do confinamento no próprio sujeito e não somente no espaço fechado apenas. O confinamento não se deve tão somente ao isolamento do espaço físico ou por seu portão constantemente trancado, mas também pelo empobrecimento dos fluxos que qualquer idéia de modelo nos traz; seja o modelo de tratamento sem abertura para inventividade ou a moldura pregada no corpo do sujeito na qual a mulher saudável é vaidosa, o louco é incapaz de criar sua própria rotina, dentre tantos que poderíamos dizer. Cabe ressaltar que independente do molde aqui descrito, o confinamento já é a produção de um olhar enclausurado.

Voltando a unidade psiquiátrica... Tinha hora do banho, hora de cortar o cabelo, hora de desenhar, dentre tantas outras, e a hora de pintar a unha. Atenção para esta última atividade! Talvez agora conseguíssemos dizer que, se pintavam as unhas, sem

dúvida eram mulheres. É importante ressaltar a palavra feminino compondo o final da placa da unidade hospitalar. Retomando as atividades mencionadas, na sala de desenho a própria equipe doava revistas, geralmente de moda, revistas com vestidos longos, curtos, páginas que levavam retratos de modelos maquiadas usando os vestuários. Zilar – chamaremos assim uma das *internas*³ do serviço – tinha o cabelo cortado/recortado bem rente à cabeça e frequentemente (re)cortava os vestidos das revistas, gesticulando qual queria e andando nua pelo hospital procurando o vestido. Um recorte do recorte. Zilar era sempre motivo de discussão nas reuniões, pois se recusava a usar os vestidos da instituição, permanecendo nua. Queria os nossos vestidos.

A instituição total⁴ anunciava a vida fechada e administrada pelos profissionais que ali trabalhavam; assim, o feminino escrito na placa era reescrito naquelas vidas mediante a representação que tínhamos do que é ser-mulher. Feminino seria o gênero, então, mas o gênero, afirmado por Judith Butler (1998), não é algo que somos, e sim que fazemos. E se aquelas pessoas não eram mulheres dentro dos papéis sociais que desempenhamos e como os entendemos, certamente fazíamos com que fossem! Um esforço intenso pelo resgate de uma vaidade que se contrapunha ao funcionamento da

³ A psiquiatria nasceu com o nome de alienismo no final do século XVIII, tendo como seu precursor Philippe Pinel; utilizando do “tratamento moral” o alienado/doente mental era isolado de qualquer contato social. A expressão “alienado” tem a mesma origem etimológica de alienígena, alien, estrangeiro, de fora do mundo e da realidade. Não à toa a nomenclatura *interno* era utilizada até pouco tempo. A Reforma Psiquiátrica no Brasil ganha força no final dos anos 70, propondo um novo estatuto social ao “doente mental” com a desconstrução do imaginário social do louco enquanto incapaz e agressivo. Agora, não mais doente, *usuário* do serviço de saúde mental.

⁴ “Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada”. (Goffman, 1974, p. 11),

instituição total. O cabelo raspado para facilitar a higiene contra os piolhos e os pés descalços recusando a sandália eram pintados de gênero sempre à tarde, hora de fazer as unhas. Diante dessa dinâmica, no enfileiramento para pintura das unhas, encontros no mínimo curiosos se davam. O braço tão rígido quanto os anos ali internada parecia afrouxar e era estendido para a pintura acompanhado de um sorriso. Poucas vezes vi, mas havia também quem se recusava e rapidamente era convencido. E havia também aquela mulher, difícil esquecer seu nome emblemático. Socorro xingava todo mundo que via pela frente com o convite de pintar as unhas, e com ela não havia muita insistência da equipe. Ainda me pergunto: de onde vinham tantos esmaltes? Diante de toda precariedade da saúde pública, posso afirmar que esmalte nunca faltou...

A produção de subjetividade dita feminina, aqui, será um dos disparadores que utilizaremos para provocação de inquietações, justamente por também se tratar de um dos lugares do qual experencio e que produz determinados modos de corpos; entretanto, este não será nosso objeto de estudo e, sim, o analisador⁵ privilegiado dos efeitos de práticas discursivas nos corpos. Ou seja, o entendimento do gênero/sexo que temos como sendo reduzido, por exemplo, ao que é ser-mulher e que cotidianamente nos conduz a certas escrituras corporais será posto em evidência no contraponto desse dito feminino. Se a ideia que temos de feminino vem encharcada de modelos de mulher ou do modelo identitário, podemos dizer assim, este nos servirá somente enquanto figura de muitos outros corpos paralíticos que poderíamos aqui discorrer.

⁵ Os analisadores produzem desordem naquilo que parece naturalmente existente e estático. Por expor funcionamentos a partir de situações, saberes até então coerentes e inquestionáveis, podemos dizer que catalisam sentidos desestabilizando o que então era naturalmente visto. O conceito se origina da socioanálise, tendo contribuições de Guattari (1987).

O que nos é fundamental não é tornar a mulher sujeito decisivo desta discussão, mas fazer dessa inscrição corporal, que tem representações sociais tão entranhadas, apontamentos e deslocamentos mais amplos. E, neste sentido, ampliar seria partir de um lugar socialmente investido como natural, no qual aparentemente não tem nenhuma relação com sexualidade, sexo, gênero, desejo e potência de vida. Isto só nos servirá para, por fim, não estarmos falando da mulher, do homem, do louco, do travesti, do negro, mas das relações sociais e seus efeitos no que entendemos por corpo. Logo, poderemos repensar os corpos que estão sendo produzidos em um sistema constante de operações que re-inscrevem as relações através de seus códigos, seja masculino, feminino ou outros. Nesta produção de corpos, não só a exclusividade da mulher é desmanchada e, sim, o que se afirma nesta discussão são quantos corpos mais poderíamos diante das chamadas identidades sexuais.

A pesquisa, então, buscou analisar qual a relação dos discursos da identidade sexual, tecnologias de gênero com os corpos produzidos. Estive interrogando quando as práticas sexuais e de gênero são cerceadas pela idéia que se tem de identidade, definindo precisamente o que pode ou não pode ser feito, visto, dito, praticado, etc. Dentre os diversos efeitos, este cerceamento por muitas vezes constrange a multiplicidade da vida, marginaliza afirmações de outros possíveis. São imagens corriqueiras que vão tecendo um corpo passivo, recatado e omissivo. No caso, estaremos pesquisando como tais discursos tão naturalizados no cotidiano podem ser tomados como incitadores do assujeitamento e docilização dos corpos. Citando Foucault:

[...] Em uma sociedade como a nossa, que tipo de poder é capaz de produzir discursos de verdade dotados de efeitos tão poderosos? [...] (FOUCAULT, 2005, p.179).

Ao tomar como objeto de estudo corpos paralíticos e quantos mais nos são possíveis de invenção, investigaremos a fertilização das condições de assujeitamento que comparecem a este processo de subjetividade dita feminina, gênero, sexo, desejo e legitimidade de corpos enquanto um produto fabricado e afirmado no registro do social. Neste sentido, na proposta de trazer um paradigma ético-estético-político para pensarmos estes processos, contaremos com o recurso de cenas ao longo da pesquisa. É a aposta na invenção de possibilidades voláteis de ser, configurações não-cristalizadas nem previamente definidas, formas originais de viver e experienciar outros corpos que não estão inscritos nos códigos hegemônicos necessariamente. Com isso, não temos como desígnio desconstruir a fim de construir uma nova mulher ou um novo ser: o que nos interessa são processos inventivos.

Dos esmaltes das nossas unidades hospitalares a outras pinturas

Setembro de 2002, quatro usuários do serviço de saúde mental após longo tempo internados recebem alta e a proposta de habitar a cidade depois de anos lhes é feita.

Logo, os *moradores* vão morar em uma residência terapêutica⁶, participam da escolha da casa, da compra dos seus móveis, do cuidado consigo e com o espaço de moradia, assim como, construção da própria rede com a rua. Então, um dos futuros moradores pergunta: “na casa tem vigia?”. É uma pergunta sem dúvida intrigante, ainda mais se tratando de alguém saindo de uma internação de longa data. A resposta rápida e óbvia seria dizer não, não tem vigia em uma casa. Talvez, mas a pergunta não me pareceu nada simples, então: “vigia?!”. Aparecida diz: “É, vigia. Aqueles que ficam em pé parados do lado da geladeira”. A explicação bastante original não me fez esquecer até agora a pergunta inicial.

Nesse caso, estas pessoas não necessitavam de acompanhamento intensivo, tendo autonomia para gerir a própria vida desde a ida a padaria, ao trabalho, ao médico, até organização financeira e outros projetos de vida que queiram fazer. Atualmente, nessa casa moram dois homens e duas mulheres e uma das questões principais no convívio é o desentendimento de um dos moradores com as duas moradoras. A queixa constante de Aparecida e Isaura é que Justino não ajuda nos afazeres domésticos. Come e não lava a louça que usa, se recusa a varrer sequer seu quarto e exige por muitas vezes que Aparecida ou Isaura tenham feito a comida. As brigas são constantes, por vezes ambas moradoras chegam a ser ameaçadas e acabam realizando tais atividades exigidas; entretanto, facilmente o que é respondido diante das exigências de Justino é muita irritação e indignação. As moradoras pedem a ajuda da equipe para fazê-lo entender que elas “não são empregadas”, fala da própria moradora. Justino após conversa com a

⁶ O Serviço Residencial Terapêutico (SRT) – ou residência terapêutica ou simplesmente "moradia" – são casas alugadas localizadas na cidade, podendo ser no meu prédio, no seu ou em qualquer espaço urbano. São constituídas para responder às necessidades de moradia de pessoas portadoras de transtornos mentais, institucionalizadas por longo período ou não.

equipe fica muito aborrecido chamando as moradoras de mentirosas por inventarem que ele as chamou de empregada. O morador então afirma não vê-las como empregadas e, sim, “são mulher”.

As brigas perduram por um bom tempo sendo um desafio para todos mediar a relação diante dessa verdade inventada de anos, não a verdade de Justino, mas da história de um sistema educacional e social que se utiliza da intimidação para qualquer discordância aos códigos vigentes. O morador nasceu nos anos 50, início da Guerra Fria, período de disputa entre o que seria o melhor modo de vida: capitalismo x socialismo. Dentre tantas transformações da sociedade, nos ateremos ao *conforto* dado às mulheres. Estes chegam em forma de máquina de lavar, aspirador de pó, liquidificar e outros eletrodomésticos, de uso exclusivo feminino. Justino continua a exigir o uso destes aparelhos por Isaura e Aparecida até os dias de hoje, tendo brigas sérias na casa por isso. Agora, a preocupação da pergunta quando se quis saber se havia vigia na casa é retomada. A patrulha vigilante estaria então internalizada junto com nossas normas sexuais e de gênero?

Certo dia Justino diz querer tratar de assunto sério, solicitando nossa ajuda. O morador em tom baixo de voz diz que as demais moradoras não têm sexo, pedindo insistentemente para verificarmos o que ele estava falando. Relata ainda que as mesmas não têm nada na área onde deveria haver a genitália, nem pênis, nem vagina. O que tem é um enorme buraco na região. Completa ainda dizendo que não são normais. Independente da ordem da construção do morador, até então inédita, não nos interessa fazer uma análise dos sintomas, diagnóstico ou qualquer cunho patológico que possa nos distrair. Sendo um delírio ou não, o que nos interessou foi ver que após esta construção o morador não queria que nenhuma das duas fizessem os afazeres da casa,

não aceitava de jeito nenhum a comida delas afirmando que não eram mulheres. Justino hoje em dia não mantém esta idéia do *buraco na região*; todavia, ainda que por vias de uma construção delirante há um correlato social ao lugar da mulher, permanecendo a mesma lógica anterior ao delírio. Quer dizer, se antes lugar de mulher é na cozinha; com o delírio a lógica permanece a mesma, as mulheres só saíram da cozinha por não serem mais mulheres. Os papéis não entram no delírio. São constructos poderosíssimos.

O corpo sem genitália, sem as próteses de gênero sistematicamente associadas ao feminino não retira o suposto feminino de cena, não desconstrói a identidade engessada da mulher, mesmo distanciado da zona dos “gêneros inteligíveis”. O que vira questão é a qual categoria arraigada pelo plano social dominante pertence estas duas pessoas que não tem pênis, nem vagina. A essa violência gerada pela ordem sexual chamamos de heteronormatividade. A desnaturalização de tal ordem será intentada através de uma análise crítica da heterossexualidade, não como uma origem natural, mas como um sistema que protocola cada gênero: homem e mulher. Em uma cadeia estável e oposicional, a heterossexualidade dirige ao homem e à mulher moldes únicos. Nesse binarismo de gênero, a *orientação sexual* assinalada, opera tecnologias sociais de produção de corpos, gênero, desejo, órgãos sexuais, práticas sexuais. Diz Preciado:

[..] O sistema heterossexual é um aparato social de produção de feminilidade e masculinidade que opera pela divisão e fragmentação do corpo: recorta órgãos e gera zonas de alta intensidade sensitiva e motriz (visual, tátil, olfativa...) que depois identifica como centros naturais e anatômicos da diferença sexual [..] (PRECIADO, 2002, p. 22)

Trabalharemos com a incredulidade na neutralidade do pesquisador, propondo um deslocamento mútuo entre pesquisa e pesquisador. Tendo em vista que pesquisador e objeto se constituem num plano de imanência, abrimos mão de valores transcendentais, desdobraremos a processualidade. Cada capítulo fará leitura das instituições que comparecem, arranham, cortam e, muitas vezes, da tentativa de evitá-las. Posto isso, estaremos utilizando a abordagem da Análise Institucional⁷. A proposta desta análise será de contribuição importante para a problematização das instituições, de nossas práticas de saber-poder e dos lugares que ocupamos produzindo verdades. Uma das ferramentas para tal contribuição será a Análise da implicação⁸, pois o intuito do uso deste recurso alvitra nos desacomodarmos dos lugares instituídos, apontando os agenciamentos que estão em questão e os riscos que isto implica. Sendo assim, não há análise da implicação sem crise⁹. Quando esta noção for utilizada de modo a tamponar inquietações e ratificar supostos modos estáveis, logo, este será o próprio analisador do conceito.

Propor-nos-emos a uma análise genealógica ao longo desta escrita. Em relação à genealogia, Andrade atesta ser fundamental “avaliar que conjunto de forças produz certo tipo de valor e qual direção este valor imprime à vida” (1999, p. 77). Diante de uma perspectiva genealógica, as discontinuidades que nos atravessam iluminam-se,

⁷ A abordagem surgiu na França em 1960 e 1970, os pensadores propõem uma leitura crítica das nossas instituições. Não somente dos estabelecimentos, mas das instituições enquanto relações de produções naturalizadas.

⁸ René Lourau e Georges Lapassade através de publicações, como o livro “Para um conhecimento da sociologia” vão traçando a noção de implicação. A noção de um pesquisador neutro é desestabilizada a medida que as instituições de diferentes ordens que atravessam o pesquisador são consideradas, inclusive, presentificadas na pesquisa.

⁹ A crise aqui mencionada considera a desorganização dos lugares postos para invenção de novos olhares.

provocando estranhamentos no que diz respeito à noção de um sujeito pronto e, desta forma, desnaturalizando a idéia de um ponto de origem e de chegada a este sujeito. A crítica genealógica será também uma importante ferramenta para a recusa das origens de gênero, do desvelar das verdades femininas, da pureza da identidade sexual para fazermos apostas políticas.

Caminhando entre cenas

O desdobrar desta pesquisa pretende interrogar algumas práticas, colocando em xeque modelos identitários que são reafirmados a partir de determinadas concepções estruturantes e transcendentais de mundo. Contaremos com a presença de Michel Foucault, Judith Butler, Beatriz Preciado, Donna Haraway, Gilles Deleuze e Félix Guattari, dentre outros encontros nesse percurso. Este estudo tomará a realidade como produto das relações de poder que estão em jogo, trama social que produz diferentes tipos de relação. Assim, neste desdobramento busca-se incitar o pensar de um outro entendimento para a subjetividade. As cenas iniciais *“Processos de subjetivação e identidades”* discute a noção de sujeito aliada à compreensão da processualidade, que só existe no enfrentamento das forças das relações de poder. Pensa-se, com isso, problematizar a noção intimista, pautada no sujeito referenciável e no desejo como instância localizável separada do social, bem como colocar em funcionamento disparadores de sentido que desmistifiquem essa subjetividade dada. A identidade é posta em análise como uma das instituições que nos constituem em lugares fixos. Repensar a noção de identidade traz a possibilidade de pensarmos nossa constituição na

multiplicidade de fluxos e, não mais, na essência. A temática da natureza da realidade é tratada enquanto dispositivo de poder e de normatização. Conforme dito, a produção da subjetividade dita feminina nos servirá como retrato em todo este trabalho, retrato este de práticas discursivas e legitimadoras de verdades que materializam um corpo.

Nas segundas cenas, “*Gênero e sexo: qual é o seu?*”, a tentativa é dar visibilidade ao engessamento dos corpos através de determinadas concepções. As categorias naturais (mulher, homem, heterossexual, homossexual, masculino, feminino) identitárias que interligam a relação de gênero/sexo/desejo de modo aparentemente compulsório são pensadas dentro de um sistema de opressão, de sujeição de uns corpos a outros. Nesta lógica oposicional das relações, como masculino/feminino, heterossexualidade/homossexualidade, etc. a proposta é evidenciar como a verdade única não nos deixa sequer considerar outras brechas. Se sexo é entendido apenas pela inviabilidade de se transformar um pênis em vagina e vice e versa, acabamos por ter duas verdades: a do uso do pênis e a do uso da vagina. Do mesmo modo, o gênero decorre como a performance do que se entende por masculino e o que se entende por feminino; quanto do desejo só resta a heterossexualidade. Utilizamos para tal visibilidade o conceito de performatividade, alavancado por Austin (1965) e muito utilizado por Judith Butler (1997).

Nas terceiras cenas e últimas, “*Cenas na cidade: linhas, costuras e corpos*”, pensamos as noções de gênero e sexo presentes, mas não mais enquanto um destino aleatório. Ao chegarmos nessa parte da pesquisa o gênero foi trabalhado enquanto tecnologia. As estratégias de rupturas já criadas são discutidas e o caráter institucional desses novos lugares também. Discorreremos a respeito do movimentar-se, da afirmação de um corpo em constante transformação. Corpos fronteiriços que deslizam no choque

com as máquinas binárias. Para tal, alguns analisadores cotidianos são apresentados em narrativas. A proposta é pensar novos modos de existência e rupturas: que corpos nos são possíveis produzir? Quais serão nossas apostas? Neste ponto o que se enfatiza são os devires que configuram cartografias inéditas e desterritorializantes.

Ao tratar de questões preliminares e alguma arrumação inicial para seguirmos o trabalho, lembraremos ao longo deste percurso dos gritos de Socorro e da recusa da roupa (a)Zilar. Aqui, será bem-vinda toda mistura de afetos que nos faz gritar – também no silêncio - e despir tornando o corpo matéria de expressão do desejo.

CENAS 1

Processos de subjetivação e identidade

Internação a céu aberto

O enquadramento do núcleo psiquiátrico em seu portão fechado não pareceu ser único, colocando em xeque as nossas passagens interditas. No tempo lento e arrastado, a segunda-feira poderia ser quarta, e por que não um sábado?! Lá, a rotina pouco era quebrada, e o dia que fosse não me parecia muito diferente do outro. Esse tempo que estourava o relógio em sua lentidão também enrugava a tinta, as mãos, caducando a vida naqueles quarenta, cinquenta anos de internação. O equívoco, nesse cenário todo que aqui apresento, é achar que tudo está no olhar – do especialista – remetido a cada pessoa internada, sem nos dar conta da internação do corpo que carregamos a céu aberto.

A adequação de cada corpo aos códigos vigentes da masculinidade e da feminilidade, inclusive do meu, era em certo grau impresso nos empréstimos caros que fazíamos dos nossos corpos vestidos de mulher. O cenário que teimava em contrapor nossos modelos se tornava interessante de pensar à medida que o cabelo grande alisado e perfumado se contagiava com o piolho, não permitindo a nossa estética. Cabeça raspada, sola dos pés raspada; raspar, verbo que significa tirar da superfície. E, na superfície, o que víamos como qualquer ambigüidade de gênero era raspado, e logo,

quando perguntado o sexo daquelas pessoas, vinha o retorno do esmalte, da revista de moda e das nossas mulheres que levávamos todos os dias...

Dentre tantas instituições, esta é a instituição total que de tanto parir seus corpos dóceis nos remete quase a uma fotografia congelada, revelando em seu negativo tantas outras. Gêneros, identidades, práticas sexuais, papéis sociais, capacidade de reprodução...

Há uma interrogação que surge em toda essa dinâmica: se o sexo, como visto no senso comum, é algo aleatório e natural, fundador do gênero, correspondendo apenas ao cálculo da regulação das condições de reprodução da vida e dos processos biológicos, como pensar a territorialização daquelas bocas, vaginas e ânus de outros modos? O empobrecimento dos encontros daqueles corpos restritos ao espaço do manicômio, onde mulheres se encontram somente com mulheres – quer dizer, será que mulheres com mulheres?- e as mesmas, nos força a perceber que a sexualidade dessas pessoas não deixa de existir por isso, por não haver o sexo oposto para desempenhar o modelo heterossexual de reprodução. A sexualidade não deixou de existir por não haver o contato mais próximo com homens, nem mesmo o modelo da heterossexualidade que carregávamos prontos para usar como manual de intervenção deixou. Qualquer combinação que escape à norma, como quando duas internas são flagradas tendo relações sexuais, aponta o poder do discurso da identidade sexual calcada numa heteronormatividade. A heterossexualidade como tecnologia biopolítica produz a

governabilidade desses corpos, segundo Beatriz Preciado, destinando à produção de corpos straight¹⁰:

[...] o pensamento straight assegura o lugar estrutural entre a produção da identidade de gênero e a produção de certos órgãos como órgãos sexuais e reprodutores. Capitalismo sexual e sexo do capitalismo. O sexo do vivente revela ser uma questão central da política e da governabilidade. [...] (PRECIADO, 2011, p.12)

Nesse contexto, viramos vigias, seja no manicômio, na rua ou em casa. O psicólogo, o médico, a enfermeira, a manicure, a mãe, o filho, tanto faz, somos todos agentes vigilantes de gênero quando propomos um controle da vida sem a deixar se inventar.

Da instituição psiquiátrica com seus manicômios lotados de subjetividades à cidade, nos consultórios mais higienizados e não tão menos lotados assim; independente da estrutura há - e muito!- o confinamento generalizado da subjetividade. Se o tão referido aqui hospital psiquiátrico, junto a tradicional psicologia, psiquiatria e filosofia pareciam ser os únicos a terem domínio das questões referentes à subjetividade, é claro que isto são relações de poder de que nem sempre se quer abrir mão. Estas ciências, ainda hoje, no senso comum e, não só nele, são vistas como detentoras privilegiadas do saber da mente humana. Falaremos, então, rapidamente do funcionamento das relações de poder mencionado por Foucault(1974) a fim de não reduzir os efeitos de tais relações. No caso, das práticas psis tradicionais junto à filosofia.

¹⁰ Palavra de origem inglesa possui como significados: liso; reto; heterossexual. Traz uma ideia de assepsia.

O poder visto como força não se aplica pura e simplesmente como uma obrigação, interdição, pois a referência não é a um poder, e sim a relações de poder. Dessa forma, ao falarmos de relações de poder, estaremos discutindo algo que não afirma uma filosofia do sujeito, mais sutil e sofisticado, múltiplo, presente em diversos níveis: nas relações familiares, na sexualidade, na ideia que se tem de gênero, de sexo etc. Tendo em vista seu caráter rizomático,¹¹ ou seja, por não haver essa necessidade de uno e não se reduzir a soma das unidades, o rizoma transborda sem para isso precisar fixar um começo e um fim, constituindo inevitavelmente a multiplicidade em que vivemos. O que queremos elucidar são os efeitos perigosos que podem vir a existir quando tais ciências trabalham com certas noções de um sujeito produzido em si mesmo, isto não só será verdade absoluta apenas dentro dos consultórios e manicômios, mas algo disperso por todas as partes e, por isso mesmo, mais sutil e sofisticado.

As relações de poder engajam o processo de subjetivação, visto que, a partir desse enfrentamento de relações de forças e de relações políticas na sociedade, forma-se um determinado número de domínios de saber, constituindo objetos. Essa atribuição de uma essência arrasta o sujeito a crer que deseja algo e que quem deseja é ele, sendo assim, as relações vão fixando seus lugares como mãe, mulher etc., uma miopia que produz um distanciamento das construções em relação; haja visto que segundo esta noção, não existe qualquer interferência no desejo. Essa separação entre desejo e produção social, o campo das transformações, pode nos custar o ar. O desejo, então,

¹¹ “[...] o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga” (DELEUZE e GUATTARI, 1995a, p.32)

“Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas [...]” (ibid, p. 17).

passa a ser direcionado para uma concepção intimista, tornando cada vez menos possível que o indivíduo perceba que as relações que possui em sua vida o afetam e o subjetivam, criando lugares, papéis e tantas outras possibilidades que, embora nos escapem, são determinantes. Acontece que o sujeito não percebe tais lugares e papéis como uma produção do campo político das forças em suas relações, já que qualquer transformação é diretamente conectada com a ideia de um desejo que se encontra no seu íntimo e não com a produção desejante. Ora, se houvesse esse recorte, o indivíduo seria ponto de chegada e partida e as questões que são impostas pela realidade estariam no interior dele, o que remeteria a uma vasta busca “dentro de si”. Percebe-se que, diante desses discursos, vão se engendrando outros, como a dicotomia entre indivíduo e sociedade, com a qual eu não afeto e nem sou afetado pelo mundo, o interno e o externo separados, em que a verdade do meu mais profundo desejo se encontra dentro de mim, e há separação entre sujeito e objeto, pois como é possível ser um objeto se nada tenho com os efeitos das relações?

Cresci sob um teto sossegado
meu sonho era um pequenino sonho meu.
na ciência dos cuidados fui treinado.
Agora, entre meu ser e o ser alheio
A linha de fronteira se rompeu.

(SALOMÃO, 2007)

Começar a pensar estas relações, urge retirar essa ideia recortada, onde os modos territorializados presentes da subjetividade são apresentados distantes do próprio

processo de subjetivação. Proponho, de outro modo, pensarmos a subjetividade não como um individual natural a ser trabalhado, mas começar a considerar essa responsabilidade *interna* como modos de individuação que existem e, por isso, nem sempre estiveram aqui. Proponho sim, mas isso que pode soar estranho não é nenhuma novidade minha. Ao invés de uma subjetividade totalizada, consideraremos um movimento incessante chamado de produção de subjetividade que justamente não cessa, não termina, por ser inseparável das práticas que a constitui. O individual que nos parece o desvelar das verdades mais íntimas do “eu”, não tem nada ver com qualquer categoria natural ou universal do ser humano; trata-se do terminal consumidor de sistemas de representação de todo tipo. Desde o modo que nos apaixonamos e nos comportamos: a falta é apresentada como inerente ao sujeito. Assim, essa noção de um indivíduo totalizado nele mesmo acabou por assaltar o próprio acontecimento. A realidade fraudada passa a ver toda e qualquer explicação na *liberdade* de agir do sujeito. Não poderia ser diferente, todos os sistemas de elementos e dispositivos em funcionamento são esvaziados, a culpa da pseudoliberalidade abstrai o contexto histórico e normativo que despontecializa o sujeito.

A ideia do sujeito de direito trazida por Nietzsche (1992), nos lembra o quão perigoso pode vir a ser o discurso do livre-arbítrio e da igualdade entre todos. O sujeito de direito. Essa noção não nos parece tão distante do dia-dia quando pensamos a quantidade de vezes em que os acontecimentos recaem unicamente sobre a escolha do sujeito. Se há um dito sujeito que por direito é livre e, entendemos esse livre-arbítrio como forma – não qualquer!- de *escolha* da leitura e feitura dos contextos sociais e históricos, estamos necessariamente apontando um modo de fazer política. Político, uma vez que transforma realidades.

A liberdade torna-se engodo quando o sujeito livre do *capitalismo democrático* é chapado nos propósitos de sistemas de controle complexos, onde o efeito inverso do livre-arbítrio é reduzido à questão moral da culpa. Sistemas de controle complexos porque, nas realidades que possam existir ou vir a, o discurso do sujeito de direito injeta o contrário do que dita, produzindo a proliferação da paralisia; um sujeito acrítico das problematizações aos fluxos presentes nas relações de poder, aos jogos que legitimam, ou não, determinadas verdades. A culpa também não é um sentimento inato, tendo em vista que o sujeito do livre-arbítrio passa uma borracha nas tramas que elucidariam *suas escolhas*. Pelo menos em texto a questão moral pode ser mais simples do que parece, a liberdade vendida impõe um emaranhado de valores de certo, errado, bom, ruim, saudável, não saudável etc. Valores já estabelecidos; não à toa o equívoco da escolha gera culpa. A culpa é a própria redundância de uma escolha já dada. É a crítica adormecida no colo do sujeito livre.

A partir de uma perspectiva genealógica, a história aponta as discontinuidades que nos atravessam, permitindo, deste modo, a derrocada de algumas ideias hegemônicas que naturalizam a subjetividade dentro de uma concepção ligada à noção de identidade. A problematização dessa noção intimista, pautada no sujeito referenciável e no desejo como instância localizável separada do social, torna-se fundamental para colocarmos em funcionamento disparadores de sentido que desmistifiquem essa subjetividade pronta e acabada. Se tudo passa por instâncias egóicas, o efeito disso é um sujeito transcendente a sociedade, o que quer dizer uma dicotomia entre desejo e política. A naturalização destas mesmas noções exaure qualquer implicação desse indivíduo com o social, mantendo-o em lugares fixos, favorecendo a atualização das práticas dominantes e de dispositivos modelizadores. O

sujeito ao invés de pensar as relações como produção que o constitui, pensa em uma essência que foi naturalizada, o “eu” verdadeiro, uma identidade restrita e padronizada, atando-se, assim, a um intimismo das formas de viver. Segundo Neves e Josephson:

[...] a problematização desta fixação tornou possível entendê-la não como individual e/ou pessoal, mas, ao contrário, como efeitos de agenciamentos coletivos de enunciação¹² que podem produzir paralisações e cristalizações em lugares/práticas reificados e sobrecodificados [...] (NEVES; JOSEPHSON, 2002, p.100).

A veiculação desse modo de representação da subjetividade que ocorre sem percebemos, acaba por reificar a noção de culpabilização referenciável ao sujeito, não sobrando brecha para pensar qual agenciamento está em jogo. Em outras palavras, o agenciamento seria o dispositivo que coloca o desejo para funcionar. Pensar o processo de subjetivação é falar de movimentos que transversalizam a subjetividade, estas movimentações irão depender dos agenciamentos que estão em funcionamento. Contudo, segundo Guattari e Rolnik (1986) a multiplicidade dos agenciamentos da subjetivação não é restrita apenas às instâncias intrapsíquicas, reduzindo-se a modelos de identidade, ou a identificações com polos maternos, mas também a instâncias extrapessoais como economia, tecnologia, ou ainda corporais, como orgânicos, modos de memorização etc.

Deleuze e Guattari (1996) trabalham a noção de desejo como produção,

¹² Deleuze e Guattari(1996) referem-se ao agenciamento de enunciação como sendo sempre coletivo. São os agenciamentos que produzem enunciados e estes são sempre coletivos, pois não se referem a um sujeito que enuncia, e sim, ao jogo de forças e elementos das multiplicidades, territórios, afetos, devires, em nós ou não; uma multiplicidade de termos heterogêneos que estabelecem relações colocando a funcionar ou a interromper determinado movimento.

inscrevendo-o em um regime de imanência entre a produção social e a produção desejante. Pois, quando colocamos o desejo em uma referência imanente, a primeira coisa a abolir é a ideia de desejar alguma coisa. Fazer uma teoria imanentista do desejo significa não mais separá-lo de suas manifestações. Há agenciamento, há relação desejante. Neste sentido, não há como pensá-lo separado das conexões reais do mundo exterior. Se o sujeito se encontra culpado por amar alguém do mesmo sexo, podemos pensar os agenciamentos que comparecem a isto, apontando pontos de recuos, as reapreciações, as lutas que deram origem a tais concepções para, então, apostar em condições de modos de existência que se afirmam. O escape à norma costuma gerar sofrimento não por ser patológico e isso ir contra sua natureza; menos ainda, por ser algo de errado com tal sujeito. O sofrimento ocorre pelos diversos aparatos sociais que o tempo todo estão impondo um modelo a ser seguido e tratando dessas fugas - indispensáveis à vida - com a noção intimista que estamos marcando. O social é pulverizado nas relações e já que não dá para construir a mesma noção liquidando o sujeito, resta experimentar e se constituir em sociedade, acreditando em uma sociedade de um único indivíduo. Os efeitos disso são violentos. Assim, em nossa aposta, não haverá nada a ser descoberto. Evitaremos as profundidades; o que queremos é a superfície dos acontecimentos e seus mínimos detalhes. Para não haver desvios a serem reparados, nada garantirá o *bom funcionamento*.

Considerar a processualidade ininterrupta na produção da subjetividade nos convoca a pensar os dias de hoje. Atualmente, a subjetividade vem sendo engendrada através de tecnologias cada vez mais fluidas. Ao falarmos de tecnologias, estamos nos referindo a mecanismos concretos ou abstratos que participam diretamente da modelização e gestão dos corpos, possuindo estes uma participação contínua na

produção de si. Compreendendo a subjetividade como uma produção resultante de registros semióticos os mais diversos é importante destacar a sua processualidade, como o disse Guattari & Rolnik:

A subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo. Uma coisa é a individuação do corpo. Outra é a multiplicidade dos agenciamentos de subjetivação: a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social. (GUATTARI & ROLNIK, 1986, p.31)

Estamos, por fim, apontando para a não-existência de um sujeito a priori, de uma suposta individualidade ou essência pessoal: instinto materno, heterossexualidade, masculino, feminino etc. Ao mencionarmos sujeito estamos necessariamente falando de construções de modos de ser, agir, pensar, sentir, vestir, morar, ou seja, produção de subjetividade, que se dá através de dispositivos tecnológicos legitimadores de relações de poder, discursos de verdade, regras de conduta, formas de pensar; onde o sexo e o gênero também serão pensados enquanto tecnologias atualizadas constantemente, não como algo findo. Queremos dizer, o sexo da certidão de nascimento tem mais páginas do que supomos e o gênero avança o foco na identidade assumida a partir das genitais.

Ao longo da história, em decorrência do processo de identificação, alguns papéis sociais foram sendo estrategicamente atribuídos às mulheres. A organização da sociedade denominada patriarcal, que toma o homem como referência, cabendo a ele as decisões bem como a gerência do mundo que o cerca, incutiu às mulheres funções identitárias secundárias, como as de mãe, esposa, devota do lar, etc.; secundárias pois não interferiam diretamente no funcionamento das cidades. Assim foi-se concebendo

uma lógica de submissão e opressão feminina, já que as mulheres não tinham voz senão dentro de casa, e ainda assim uma voz quase rouca. Nesse esquema de reclusão e exclusão, cabia às mulheres servir seus maridos, os dominadores. Aos papéis citados foram somados atributos/características pretensamente femininos que auxiliariam no fomento da mencionada lógica de submissão, a saber: a fragilidade, a afabilidade, a serenidade, o recato, dentre outros. Como efeito, ocorreu uma forte hierarquização, sendo os homens senhores de tudo e as mulheres, vulneráveis criaturas, suas meras posses. Sucede que tais papéis e atributos foram tão profundamente enraizados, vivenciados como naturalmente próprios das mulheres, que mesmo hoje muitas se veem na obrigação de os interpretar ou acatar, com suas devidas variações, é claro.

Os coletivos feministas, ao criticarem a organização da sociedade denominada patriarcal e os papéis sociais atribuídos à identidade mulher, dão ênfase à representatividade do gênero. Nos anos 1960, o gênero¹³ começa a ser apontado como fator importante; entretanto, ainda era utilizado para se referir ao papel social que se dispunha sobre o sexo – este visto como algo natural, fundador do gênero, ainda como hoje é no senso comum. Sexo feminino, logo, mulher; mulher, logo... E assim, facilmente, a mulher se torna sujeito determinante da discussão, naturalizando a noção de feminilidade e não percebendo-a enquanto produção.

¹³ John William Money (1921-2006) foi um psicólogo da Johns Hopkins University de Baltimore, sexologista e autor de livros, especializado em pesquisas sobre identidade sexual, mudança de sexo e biologia do gênero. Sua influência foi decisiva para a criação da teoria da identidade de gênero. Ele acreditava que não era tanto a biologia que determinava se somos homens ou mulheres, mas a maneira como somos criados, e já a partir da década de 1960 tinha pretendido demonstrar que a sexualidade depende mais da educação do que dos genes.

O feminismo clássico, ao fixar a questão central na diferença sexual e na noção biológica da mulher, não considerou a vastidão de muitas outras diferenças, como a transversalidade das relações de poder, inclusive sistemas de saberes normatizantes. Somos atravessados o tempo todo pelas representações dos milhares de lugares sociais que ocupamos, sejamos negros, índios, pobres, de classe média, com 24 anos, com 12, com 80, gordos, magros, etc. A conveniência de um sujeito político mulher hegemônico e heterocêntrico acabou por reforçar uma “guerra dos sexos” e a perda da força dos demais atores sociais. A leitura da diferença sexual como principal clivagem da opressão pareceu reduzir os diversos questionamentos dos papéis sociais da mulher à exclusiva liberação da “dominação masculina”. O que sabemos não ser a proposta de alguns dos questionamentos. Contudo, foi um momento de extrema importância para os demais movimentos que estariam por vir.

Desde o final dos anos 1980, nos Estados Unidos, as práticas de vida das normas socialmente aceitas vêm sendo questionadas e ganhando força com movimentos, principalmente, como queer, coletivos pós-feministas, Marcha das Vadias (2011), entre outros. O embate de forças apontado nos discursos de importantes movimentos políticos que surgiram é algo que vale ser mais apresentado; retomaremos nos capítulos seguintes.

Nos anos 1990, o movimento queer ou pós-feminista promoveu uma releitura crítica sobre o feminismo, não em uma tentativa de romper com o feminismo, e sim, em uma proposta de restabelecer o sujeito político “feminista” e “homossexual”. A ruptura radical com o sujeito unitário do feminismo clássico propõe dar voz a uma proliferação de diferenças, sejam elas não só de identidade sexual mas também de raça, idade, classe, deficiências, etc., para que então, e finalmente, a identidade que é atrelada às práticas

sexuais dê passagem a uma identificação política e estratégica das “identidades queer”. A política das multidões queer emerge de uma posição crítica a respeito dos efeitos normatizantes e disciplinares de toda formação identitária, de uma desontologização¹⁴ do sujeito da política das identidades: não há uma base natural que possa legitimar a ação política. Não são questões unicamente da “mulher”, do “gay”, do “negro”, mesmo que sejam disparados por eles, trata-se do “somos todos”. Diz respeito ao social e não há sujeito fora da sociedade, ainda que exista o discurso da reinserção, exclusão, etc etc. Todos estamos no social de algum modo. Mesmo sendo “branco, Homem e heterossexual”, a questão que facilmente é dirigida como sendo exclusivamente do “negro” também me afeta; não que com isso estejamos ratificando tais práticas ou reduzindo a experiência do corpo que vivencia o racismo; pelo contrário, colocamos como uma questão social e não mais setorizada. O mesmo para as vivências da mulher, dos homossexuais ou qualquer outra experiência na cidade, mas não qualquer uma. Privilegiaremos experiências minoritárias.

As identidades, por serem totalitárias, deixam escapar justamente a potência das experiências, a pluralidade e multiplicidade que se dá na diferença. Como experimentar, em vez de ser, ainda que seja necessário ter território? A crítica à identidade, não tem como proposta aniquilar toda e qualquer identidade, mas interrogar as condições sob as quais se formam, como são afirmadas e que lugares se dão em um espectro político mais amplo, parece mais interessante.

¹⁴ A palavra desontologização faz um contraponto com o conceito de ontologia. O filósofo Christian Wolff(1726) popularizou o termo ontologia como *philosophia prima*(*filosofia primeira*). Consiste no estudo da natureza do ser, a existência e a realidade, procurando determinar as categorias fundamentais e as relações. Já a desontologização, seria a proposta do inverso. Um movimento anarquista, no sentido de pulverizar as bases, pontos de partidas, origens do ser.

[...] a política da multidão queer não repousa sobre uma identidade natural (homem/mulher) nem sobre uma definição pelas práticas (heterossexual/homossexual), mas sobre uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como “normais” ou “anormais” [...] (PRECIADO, 2013, p. 16)

Alguma noção de gênero

A própria noção de gênero será pensada não mais como algo natural e aleatório, tendo já sido posta em discussão por alguns autores anteriores ao movimento, como Judith Butler:

O gênero é contínua estilização do corpo, um conjunto de atos repetidos, no interior de um quadro regulatório altamente rígido, que se cristaliza ao longo do tempo para produzir a aparência de uma substância, a aparência de uma maneira natural de ser. (BUTLER, 2014, p. 23)

O gênero que serviu nos anos 1980 para fundar a diferença histórica e cultural da identidade sexual, produzindo uma matéria passiva que escorre no essencialismo, é visto atualmente como o conjunto de dispositivos sexopolíticos reapropriados por minorias. Ou seja, o gênero não representa somente ser mulher ou homem, mas também um sistema complexo que vai desde os saberes normatizantes científicos, como medicina, saberes jurídicos, até a representação pornográfica, passando pelas instituições tradicionais, como a família.

As tecnologias contemporâneas de sujeição do gênero vêm operando cada vez mais sub-repticiamente. Posto isso, proponho pensarmos alguns desses dispositivos tecnológicos legitimadores de discursos de verdade, regras de conduta, formas de pensar, sentir e agir que se apresentam no cotidiano enquanto meras máquinas inofensivas. Sucede que tais modelos de ser foram tão profundamente enraizados que passaram a ser vivenciados como naturalmente próprios das mulheres, logo, também, próprios dos homens, como se estes não fossem produzidos na construção social. A escassez de possíveis é o que problematizamos. Ser mulher já representa não poder tantas outras combinações, assim, vemo-nos ainda a vagar por territórios encharcados de modelos femininos a serem seguidos, formas identitárias de ser.

Se, por um lado, as análises feministas tradicionais apontaram para uma representação social das mulheres em torno da procriação, por outro, entretanto, permanece o discurso da maternidade como natural, pois como já discorrido, o sexo biológico não era problema. Dizer que o sexo e o gênero são tecnologias, remete ao poder das práticas discursivas que os/nos compõem, não sendo à toa que a função social da reprodução se perpetua ligada à noção de feminino. A maternidade e o materno atualizam em necessidade o desejo da procriação biológica; muito mais do que uma explicação orgânica, impõe -se um corpo fértil! Essa fertilidade que, por muitas vezes, parece advinda unicamente do útero fecunda a família que se quer, o modelo de família que se tem; são práticas heteronormativas presentes nas relações, heteronormativas por se tratarem de normas instituídas representando o modelo da heterossexualidade, como se qualquer combinação ou configuração da vida tivesse que ser referida a tal modelo. Isto de modo algum quer dizer que todas as relações nomeadas como heterossexuais impõem a execução de normas com um modelo de família ou de se relacionar; além

disso, sequer resguarda qualquer pureza na homossexualidade, onde também tais concepções podem ser abarcadas. Apenas marcam lugares sociais que nos são apresentados como a *ordem natural das coisas*, quando de natural não tem nada. O filho que se espera, além dos 9 meses, é o corpo da criança que da gestação passa à gestão dos adultos. O pai e a mãe seguem a cartilha escrupulosamente na sua função de garantir domesticamente a ordem heterossexual. Sem qualquer direito de governabilidade do seu corpo, a criança vai representando a política de normatização do adulto da escola ao casamento, pronto para fazer jus ao seu útero, para reproduzir seu esperma. O instinto materno é evidenciado nos discursos e na interação das normas heterossexuais e reprodutivas; entretanto, o que está em questão não são os diversos modos de exercer a maternidade. Não é posto em questão aqui ter ou não filho, sequer qualquer recusa por oposição. Cabe pensarmos quais agenciamentos estão operando, conectando o desejo às práticas heteronormativas: o modelo de família, casamento, filha(o)(x)(y)(z), mãe, mulher etc. São muitos Édipos e mães recrutadas em formação permanente a recompor a estrutura de família contida. Ou seja, problematizarmos quando a heterogeneidade da vida, das relações e suas possibilidades de combinações estão sendo achatadas.

A roupa vinha com o nome escrito de outra pessoa, os chinelos postos por debaixo do colchão era a tentativa de tê-los no dia seguinte; ali, quanto mais silenciosa fosse, mais chances teria de se calçar. O que estava em jogo era como resistir ou se desviar de um regime tão brutal de controle. Os rituais repetidos inúmeras vezes durante o dia com medicações, eletrochoques, quarto forte, os discursos médicos de tratamento, eram práticas que apagavam o documento de identidade com seu nome e fotografia, dando lugar a outros documentos que também curiosamente fazem parte da construção

da sua identidade. Da foto na carteira de identidade para o corpo sem rosto, tanto fazia, o uniforme a todos já era o suficiente para dizer quem era. Versar sobre essa produção de subjetividade implica em abordar a temática da identidade, a qual Guattari & Rolnik (1986) definem como:

[...] um conceito de referenciação, de circunscrição da realidade a quadros de referência, quadros estes que podem ser imaginários (e, por conseguinte, idealizados) [...] Em outras palavras, a identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável [...] (GUATTARI E ROLNIK, 1986,p. 68-69).

Agora, doente mental. Posta nos prontuários e laudos, esta não mais precisaria de qualquer documento que a identifique, o registro torna-se outro, tudo é marcado no corpo. A estratégia da invisibilidade fora durando 50 anos, tanto tempo que não se sabe ao certo quando passou de silenciosa a silenciada.

O pátio estava cheio de *internos*, todas mulheres, inclusive ela. Fazia tempo que não a lembravam disso, ser mulher parecia bem menos urgente que sair dali... A noite estava tumultuada, uma interna teria fugido. A orientação era que ninguém saísse da enfermaria, do *pavilhão*; aos que descumprissem a punição era imediata. Dolores então é chamada ao consultório do médico de plantão, um movimento quase que automático é feito em direção a sala. Lá, o profissional tranca a porta e passa a ter relações sexuais com a mesma. Seria ali a primeira vez vista enquanto mulher? Que constructo de mulher seria esse?

Num lugar onde gritos são naturais e o silêncio pode ser resistência, é difícil fazer o cálculo inverso desta estratégia. Dolores sem muito questionamento após repetidos atos sexuais, permanece em silêncio. O corpo da *interna* então vai se modificando e com isso certos afazeres por ela na instituição vão deixando de ser feitos, como capinar. Parece que o acontecimento por vir dá passagem a outros funcionamentos; a medicação é reduzida, o corpo lentificado que vivia arrastado se desdobra em outro.

Da gestação à gestão.

Ano de 1981, dia 03 de julho, a instituição que aborta a vida promove dois nascimentos no mesmo dia. O parto que pari a filha também pari a mãe, não havia um instinto materno ali a se desvelar do útero daquela mulher. O choro da criança quebra então o silêncio de anos, Dolores torna-se mãe. A maternidade! O cuidado e preocupação nunca experienciados vai se dando com a filha, vai se dando com a mãe. A maternidade não projetada ou desejada, o não comparecimento do instinto materno, tudo foi sendo construído em relação com os encontros. O choro e o seio ofertado, os braços que ao segurar foram aos poucos abraçando também, o silêncio enquanto conversa etc etc etc. Logo, pouco tempo passa e como de praxe, a filha de Dolores é dada para adoção. Lembrando que embora mulher, o manicômio trazia outras identidades em urgência; a de doente mental. A *interna* era desqualificada de qualquer capacidade de exercer a maternidade. Hoje, a usuária de alta vive em busca da sua filha, afirmando ser mãe.

Dolores não consegue relatar o porquê foi internada, apenas repete por muitas vezes a história contada aqui. Peço então permissão para olhar seu prontuário e a autorização é concedida. A mesma relata que era chamada de paciente do prontuário 328. Nos escritos encontro que sua internação foi feita pelo marido, onde há relatos da época ditos por ela que o cônjuge a traía e com isso passou também a ter relações extra conjugais. No mínimo, além de tal registro colocar em xeque o critério de internação da época, evidencia o poder da figura masculina. Ao ponto de determinar a sanidade mental ou não da mulher.

O gênero não está suspenso dos atos que nos constituem, dos rituais que nos tornam mulher\homem diariamente ou do que provoca questionamento quanto a isso; a maquiagem desenvolvida com a ajuda da medicina anatômica, o brinco na menina ao nascer, a pornografia vista ou lida, são pedagogias de gênero que apontam o exato lugar a ser ocupado. Na mirada pornográfica moderna, por exemplo, a psicologia e a medicina foram fundamentais na tentativa de decodificar e decifrar a sexualidade feminina, sempre por um olhar masculino e em um processo de objetificação da mulher.

Em 1904, ainda pensando a objetificação da mulher, o objeto doméstico por maestria masculina chega às cidades no formato da primeira película pornográfica produzida em Buenos Aires. Naquela época, os filmes retratavam apenas o ato sexual sem diálogos ou histórias, reproduzindo o uso da mulher pelo homem. Sem enredo e de curta duração, a dinâmica da cena se atém à penetração masculina. Em 1960, as películas ganham enredos e narrativas indo aos cinemas abertos e não mais restritas aos bordéis; momento em que se multiplicam publicações detalhadas sobre tipologias, obscenidades e perversões sexuais; é a ciência irrigando nosso corpo de gênero.

O público masculino como espectador alvo dos filmes reproduz nas telas a relação social que se tem com o sexo partindo do modelo identitário do homem, a *liberdade* sexual do homem não mostra somente o ato sexual em cena onde a mulher se torna objeto de seu prazer, mas traz uma trama onde claramente há uma masculinidade heterossexual imperativa que separa genitalidade e analidade. As películas pornográficas são, assim, como tantos outros, verdadeiras próteses do gênero que produz e fixa diferenças de modo explícito ou não nos papéis sociais desempenhados. O orifício anal masculino é preservado da visão pública e de outros homens, não à toa isso acontece, trata-se de não suscitar a homossexualidade. A noção medicalizada da homossexualidade, que data do séc. XIX, onde a identidade é definida pelas práticas sexuais também é o que estamos entendendo aqui como gênero, uma vez que nos atravessa impondo práticas sexuais normativas. Em outras palavras, podemos dizer que tudo isso são tecnologias de gênero e sexos, desde uma película só de imagens à indústria farmacológica, através das quais as práticas sexuais definem identidades. Conforme já discorrido, o gênero não é algo que recai a massa passiva, mas todo esse constructo de mulher\homem moldado no cotidiano, nas possibilidades e impossibilidades das representações sociais que se tem desses papéis. Pelbart nos descreve:

Recentemente se mostrou que a docilização de um corpo pode recorrer a tecnologias mais suaves, dispensando até mesmo a violência direta, física [...] Novas maneiras de moldar o corpo, modelá-lo, marcá-lo, excitá-lo, erotizá-lo, obrigá-lo a emitir signos, etc. (PELBART, 2000, p.13).

A difusão dos fluxos não mais restrita aos espaços fechados nos fazem supor aberturas, quando estamos emaranhados em velocidades que encolhem distâncias em circuitos de opressão conectados. Não é mais uma dominação de uma classe, raça ou de sexo. Trata-se de modelos baseados na internalização, ou na invisibilidade dos mecanismos de controle, na geração de formas de controle difuso, reticular e hormonal. O funcionamento da sociedade disciplinar do séc. XVIII (Foucault, 1975) que funcionava nos espaços restritos não é o que vivenciamos mais. Atualmente os espaços são extrapolados para deslocamentos imediatos, inúmeras conexões, velocidades ultrarápidas de informações, velocidade do fluxo textual, fluxo das representações, fluxo de técnicas cirúrgicas, definitivamente, fluxo dos gêneros. Segundo Preciado:

Estamos experimentando mudanças tão profundas na produção da raça, gênero e sexualidade que são equivalentes em força de transformação àqueles que se produziram durante a revolução industrial. (PRECIADO, 2010, P.56)

A produção da realidade processa-se na pluralidade de discursos advindos dos diversos saberes - práticas: “é justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber” (FOUCAULT, 1977, p. 95). Assim, os discursos como práticas de poder estão sendo exercidos uns sobre os outros, formando novos saberes, novas verdades, uma vez que as divergências dos discursos não são vistas do ponto de vista da incoerência e da anulação, mas na produção de novos discursos que também compõem o objeto. As “divergências” discursivas, os conjuntos de falas estabelecem entre si jogos e os reconhecem em forma de verdade, valor de signo. Podemos dizer que é nas séries de

discursos que são produzidas as condições discursivas, como o que não pode e o que pode ser dito. São jogos de poder cuja resultante trata-se do objeto produzido. A linguagem, na sua atividade de descrição, funda, ela mesma, o próprio objeto descrito, ao falarmos de algo produzimos seu contorno, desenhando-o.

O paralítico a andar

Estes traços, desenhados por valores históricos e marcados nas relações com o corpo, naturalizam-se na repetição diária do sexo como anunciador do ser, como essência identitária que define a inserção no mundo. A essência identitária é apresentada no formato que se tem do binômio feminino e masculino ou qualquer identidade que passa por um esquema binário, heterossexual, reprodutivo atrelado ao nascimento; na coerência entre o sexo e o gênero, entre um biológico tido como natural e um esquema de atribuições sociais a ele acoplado. A miséria sexual que vivemos é a obrigação do sexo ser a medida do corpo. Estamos falando também de sexualidade e das práticas que compõem o permitido, o pensável, o aceitável.

As identidades sexuais, essas que aqui descrevemos como ordenadoras da multiplicidade, cheias de implantes de representações de gêneros por identidades fixas, como é o caso da heterossexualidade, constroem uma realidade polarizada e hierárquica. Nesse abismo identitário, com identidades fixadas no sexo e no gênero - visto que ambos são solapados no mesmo sistema das essências humanas – urge-se o desmonte destes significantes biológicos como abrigo do binário sexual para signo produzido no próprio seio do agenciamento social. Assim, apostaremos não no extermínio das

identidades, mas na construção de múltiplas identidades que não visem o desenho de um corpo domesticado, paralítico dos tantos que poderia; o que importa são movimentos. Uma heterotopia de si (FOUCAULT,1994). O conceito necessariamente aposta em um funcionamento não totalizante, um funcionamento que não busca uma unidade. O prefixo heteros originário da Grécia traz a proposta da diferença, da multiplicidade. Diferença não enquanto atributo, mas enquanto o que escapa aos modelos, constituindo incessantemente novos funcionamentos. Elaborado por Michel Foucault, o autor descreve lugares e espaços que funcionam em condições não-hegemônicas, apostando nas possibilidades de deslocamentos desses lugares de vítima ou de territorializações, habitado por identidades nômades problematizadoras de seus territórios e de ressonâncias que operem outros sentidos, colocando o paralítico para andar.

CENAS 2

Gênero e sexo: qual é o seu?

Ainda que seja considerada a dimensão social e cultural nas construções dos modos de existência, o gênero continua a recair em sua indiscutível materialidade. Isso se coloca mais claramente ao percebermos a correlação que se apresenta no senso comum entre sexo, gênero e desejo. O apelo à “natureza biológica” atribuído ao homem e à mulher se tornam apenas pano de fundo de uma trama que exige a coerência – e para ser coerente é ser necessariamente totalizante- da relação sexo, gênero e desejo, cujo resultado gera práticas obrigatoriamente heterossexuais. Os rituais e atos repetidos de feitura do gênero vão sendo ejaculados pelo órgão genital, este como revelador da verdade do gênero.

A ciência mapeia na genética que XY equivale a um corpo cromossomicamente masculino e que XX seria o cromossomo feminino; entretanto, a certeza cromossômica não é suficiente para definir a identidade sexual. Há de ter algo visível de verificação: um pênis, uma vagina. O ânus, no entanto, pouco é discutido. Seu caráter universal não poderia contribuir de modo significativo na validação das diferenças sexuais e seus binarismos. Pelo contrário, o orifício anal parece ser onde tanto mulher quanto homem chegam mais próximos de uma indiferenciação. Uma das semelhanças, além da aparência, seria o uso doméstico do banheiro que tanto o homem quanto a mulher fazem. Todos sentados e de porta bem trancada! Voltamos a necessidade de não somente uma comprovação da genética, mas também dos olhos... Se no nascimento o órgão genital for muito pouco visível, como é o caso do pênis, logo, temos um

problema de identidade sexual. Não basta ser cromossomicamente masculino, a garantia de algo bem definido e demarcado as vistas é a maior urgência que se pode ter diante de tais casos. Qualquer *anormalidade* será corrigida imediatamente sendo feito uma reconstrução cirúrgica do órgão genital ou algum reparo que o regule nos moldes normais do corpo. O fato de ter uma vagina, rapidamente se torna sexo feminino que se torna menina e que se torna uma identidade fixa condicionada a sentir atração por meninos. E é nesta lógica que ocorre a programação do gênero.

Distante de ser meramente uma aleatoriedade cromossômica que definirá o sexo e a construção do gênero, o critério de designação passa por inspeção minuciosa, onde é bastante considerada a estética. Isto quer dizer que mesmo se tratando de um corpo com cromossomo masculino será o órgão anatômico que dirá qual identidade está em questão. E, se assim for, se esta ordem binária for colocada em dúvida, mesmo uma pessoa com cromossomo masculino diante da não visibilidade do pênis terá seu órgão reconstruído como vagina. Aqui parece que a questão é não deixar dúvida; é a certeza da identidade.

Não à toa, a cirurgia de reconstrução do pênis ou da vagina é conhecida como cirurgia de reconstrução do sexo, embora haja diferença na vaginoplastia para faloplastia. Fora as diferenças da reconstrução estética, na cirurgia do pênis para ser transformado em vagina, ainda hoje é encontrado no formulário para este procedimento o nome de “castração”. Essas cirurgias são muito comuns nos casos das chamadas *condições de intersexo*, quando há uma diminuição na masculinização das crianças geneticamente masculinas ou uma virilização dos bebês geneticamente femininos. Através de algumas leituras destes casos foi curioso descobrir que até que o sexo fique mais bem definido – e este associado ao órgão genital - é recomendado não denominar a

criança. Não dar nome. A lógica é manter a coerência e para tal só há duas vias, será um menino ou uma menina. Sem órgão genital definido, sem sexo, sem nome, sem identidade sexual. Aguarde até ser providenciado! Diante disso, todos passamos por um processo cirúrgico preciso desde o nascimento que sutura estados resultantes dessa ficção somaticopolítica do gênero no corpo.

É recorrente vermos o sexo sendo atribuído à descoberta do tecido genital. Vagina = sexo feminino; pênis = sexo masculino. Enquanto o órgão genital - também conhecido como órgão *sexual*- for conectado a ideia de natureza da identidade sexual, continuaremos produzindo um binarismo em larga escala; muitos fluxos, modos de vida e existência ficarão à margem. Há de substituir categorias como mulheres e homens pela noção de “tecnologias de gênero” (Preciado, 2002), desfazer o equívoco de que esta discussão pertence aos blocos de notas do feminismo ou, ainda, do movimento *Queer*. Sem dúvida, estes movimentos tiveram e continuam tendo sua importância; contudo, não são grupos exclusivos para esta discussão, aliás, podemos dizer que não há grupo exclusivo para questão alguma, desde que esteja claro que nenhum indivíduo está suspenso da sociedade e que tudo é produzido em relações. À medida que tais concepções de identidade sexual e gênero se alastram porta a dentro, nos lugares mais seguros e bem trancados - desde a família até o travesti que morre assassinado sujando sua calçada-, vamos entendendo que não se trata mais de encaminhar a discussão a um determinado grupo especializado no assunto, e sim colocar seu próprio corpo em discussão.

Os movimentos sociais, como o feminismo e movimento Queer não são eleitos como detentores desta temática, talvez estes, como tantos outros movimentos, apenas deixem ainda mais visível a apropriação dos debates pela experiência vivenciada no

próprio corpo de seus membros; o que não quer dizer que estas intensidades estejam setorizadas a estes. A identidade sexual e o gênero não são, portanto, discussões daqueles que não se enquadram no modelo dominante, das minorias; justamente porque ser heterossexual não é em nenhum grau mais natural do que ser *sapatão*. Ambos são categorias inventadas, algumas se tornam modelos dominantes a serem seguidos e, por isso mesmo, outras são marginalizadas ou sequer consideradas como modos outros de vida. E esse é o risco. O que se coloca aqui como questão principal não é a busca incansável de em qual categoria estamos, mas pensarmos que há uma heterogeneidade de combinações a serem experienciadas. Do contrário, os reparadores de gênero permanecerão sacando seus bisturis, cortando a possibilidade de qualquer modo de vida que não garanta o seu próprio. E, no modelo, muitas vezes apertado, não cabem todos: mutila os que se adequam, mutila os que não se adequam. Desse gosto de sangue que não estanca quantos corpos nessa chacina. Mortes de vidas que não acontecem.

Travestindo –se

Janeiro, Rio, Rio de Cláudias, Amarildos, Rio de quem? De seca, seca por leis, de Lei Seca; Rio de Janeiro. A correria da cidade naquele dia ficara ainda maior ao passo daquelas duas longas pernas magrelas. O salto foi caindo pelo caminho, antes mesmo da queda do corpo. O movimento ritmado da quadra de samba, os rodopios precisos e esfuziantes, agora, pareciam não ter tempo para o imprevisto. Aqueles pés jamais alcançaram tamanha velocidade nos repiques e tamborins dos mestres. O atropelo de si para sobreviver! Nessa corrida, quem se travesti de que? O morro. A

morte. Morre no morro um travesti. Um travesti morre no morro? “Morro”, verbo que escorre no dia-dia dos olhares afiados que atravessam como faca, pré-datando a vida em suas estratégias mórbidas, em seus comentários sem autoria. Um morro travestido de morte, um passista travestido de morro. Quantos rostos, então, refletem nessa faca?

Os amoladores de facas, à semelhança dos cortadores de membros, fragmentam a violência da cotidianidade, remetendo-a a particularidades, a casos individuais. Estranhamento e individualidades são alguns dos produtos desses agentes. Onde estarão os amoladores de facas? (BAPTISTA, 1999, p.46)

O gênero quando visto enquanto tecnologia torna-se ele mesmo efeito de aparatos jurídicos, farmacológicos, fotográficos, cinematográficos, cirúrgicos, biotecnológicos, do que vestimos, das nossas fantasias, das indústrias pornográficas, de cosméticos, alimentícias, das nossas percepções, afetos etc. Nem o gênero, nem o sexo são imutáveis a um destino a ser aceito. Ambos são comercializados, produtos do capitalismo, sofisticadas tecnologias. Parece que a noção que se tem do gênero como uma inscrição cultural é mais bem compreendida do que dizer o mesmo para o sexo. O sexo, ainda mais até do que o gênero, ganha do senso comum este cunho natural. Afirmar Butler:

[...] talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma[...] (BUTLER, 1998, pág.25).

A discussão de gênero e sexo demanda o incessante trabalho de permitir ser provocado, pois se estamos aqui falando que ambos são efeitos de tecnologias que nos deparamos no dia-dia, estamos também querendo dizer que justamente por ser uma construção na processualidade é o que torna este debate inacabável. E, por isso mesmo, muitas vezes insatisfatório, no sentido de não trazer respostas e conclusões apaziguadoras. Todavia, é deste campo de forças incessantes que podemos pensar que se fazemos gêneros, há também aí a possibilidade da sua contestação, de seus escapes.

O gênero e o sexo não estão suspensos dos atos que nos constituem no cotidiano, dos rituais que nos tornam mulher\homem diariamente ou do que provoca questionamento quanto a isso; a maquiagem desenvolvida com a ajuda da medicina anatômica, o brinco na menina ao nascer, a pornografia vista ou lida, são pedagogias de gênero estilizadas em atos que apontam o exato lugar a ser ocupado.

Performatividade

Em 1955, o inglês J. L. Austin dispara uma importante discussão na Universidade de Harvard sobre os efeitos dos enunciados. A premissa discorre em se desfazer da ideia de enunciados verdadeiros ou não verdadeiros e da noção que os enunciados serviriam somente para descrever algo ou prestar uma informação. Austin(1990) dirá que os enunciados *fazem algo* e a estes nomeia de *performative*. A performatividade traz, então, a noção de ação e os seus efeitos enquanto inscrições no corpo. As performances normativas que facilmente são mascaradas como verdades biológicas começarão a ser vistas de outro modo. John Searle (1984), intérprete oficial

de Austin, tem como foco principal de estudo na performatividade o compromisso que se estabelece entre os falantes. Justo o valor de verdade proposicional ironizado por Austin se faz presente na leitura de Searle ao dar continuidade aos estudos.

Austin mantém o conceito de Performatividade inacabado por haver ainda muito que pensar. O conceito vai se tornando fundamental à medida que outros autores, como Jacques Derrida(1991) e Judith Butler(1990) vão fazendo suas contribuições e articulação do conceito com gênero. Derrida, ao contrário de Searle, propõe enfatizar a originalidade do trabalho de Austin, mantendo um antilogicismo. O francês, para tal afirmação, constrói dois conceitos complementares ao de performatividade: a iterabilidade e a citacionalidade. A iterabilidade nos ajuda a entender porque sempre há escape no determinismo da norma. É o repetível e a diferença, a propriedade do signo de ser sempre outro; a citacionalidade é a propriedade do signo que produzirá o significado ao ser retirado de seu contexto “original”. Ambas propriedades são mencionadas por Derrida não como algo acidental, mas sim enquanto constitutivas dos signos e significados. Logo, dos atos de falas, e disto configura o campo de forças de tais atos.

Judith Butler, assim como Derrida, irá descartar a interpretação de John Searle e utilizará os dois conceitos complementares de Iterabilidade e Citacionalidade. A ela o que interessa nesta discussão são os ritos, as repetições estilizadas enquanto atos que constituem o gênero. A diferença na repetição que abre ao signo ser outro e o corpo em construção na sua própria citação. A autora se volta para uma teoria da ação em sua radical visão da linguagem, o sujeito sendo costura do seu fazer. Ele se inventa nestes rituais e também se repete. A vulnerabilidade do corpo à linguagem é escancarada, visto que a linguagem é performativa. Os atos de fala não só tecem o objeto, mas também o

regime regulador do seu funcionamento. Deste modo, as performatividades podem ser normativas, assim como, podem trazer novas possibilidades; trata-se de um campo de imanência que não cessa.

O ato performativo como propriedade fundamental na constituição do gênero vai sendo ampliado ao corpo; pois bem, se existem atos e estes nos constituem qual a imunidade do corpo a isto? O corpo, então, não poderia permanecer o mesmo corpo humano de sempre. A ação muitas vezes arbitrária e violenta vai delineando os espaços de inteligibilidade e de legitimação, o corpo vai sendo codificado e decodificado no ritual que o compõe, o ato de fala não só produz o corpo, como também deixa a marca do contorno que se quer.

A voz rouca vinha do fundo do corredor e quanto mais à frente seguia mais próximo ia ficando o som. Estávamos nos movimentando na mesma direção e, tão logo, nos encontraríamos. Ao olhar que nada escapa uma vastidão de cenas o embaralhava. O som ritmado e pouco entendível em suas palavras ia se misturando com outros ruídos e silêncios dali, talvez nunca tivesse deixado de se misturar. O corredor mal cheiroso e aquelas paredes sujas anunciavam um assalto por vir. A sensação do solavanco repentino era quase que insuportável! Gritos, mais outro assalto, nunca sabia de qual direção vinham; um tapa, nas costas? Acho que sim. E, naquele momento, passava com pressa uma corcunda enorme. A pressa também era minha, assim como, os gritos. Certamente não eram os mesmos. As digitais pregadas naquela tinta suja pintavam as marcas de quem ali se apoiou, se esquivou e se deixou cair. O som ritmado ia e vinha... O temor do que encontrar naquele corredor tão estreito mesclava-se com a fascinação daquele som. O que passara por ali e o que se passava?

A espessura do corredor se estreitava junto comigo a cada tradução daqueles corpos reduzidos à loucura, ainda que a loucura naquele contexto também estivesse reduzida a diagnósticos e sintomas. Os tradutores persistiam em seus ritos: remédio; banho; refeição; remédio; banho; remédio; hora de dormir... Naquele funcionamento o desenho corpóreo rabiscava as marcas feitas por pés ou mãos ou costas ou do que conhecemos por isso; tanto faz, colocavam à prova nossas próprias versões de corpo. E é justo neste momento que a questão se abre. Sem romantizar ou negar o sofrimento persistente nesta instituição, dessa experiência o que nos interessa é interrogar nossas interações em um corpo domesticado bem traçado. Se naquele local pareciam ter passado babuínos por aquele corredor, isso não se deu por uma incapacidade daqueles corpos atribuídos à explicação da loucura, mas às razões históricas atribuídas na pobreza de significação de nossas próprias concepções. Aquilo tudo convocava a pensar se, de fato, seria tão natural remeter tantos e tantos acontecimentos a esta dicotomia normal e anormal, a esta lógica da interação da vida. E, aqui esse estranhamento não mais é restrito à área da Saúde Mental. A referência aos ritos relatados não aponta somente o local da loucura, mas provocam bifurcação com relação às nossas próprias possibilidades de bifurcar.

Guimbas de pulmões limpos

As paredes sujas e mal pintadas ganhavam letras em garranchos, palavras borradas, modos um pouco mais óbvios de escritura. Dentre tantos, lá estava escrito! “Estou correndo ou estou parado?”. O *improvável* diante de surpreendentes barulhos e

gestos bizarros seria perguntar que lugar era aquele: um hospital psiquiátrico, casa, asilo, manicômio... Um corpo enquanto lugar. As tecnologias de produção do corpo *normal* ou de normalização do gênero se apresentavam na materialidade de um corpo obsceno, no qual a nudez revelava que não há fim último e eterno, muito menos impossibilidade de ação política.

A voz rouca do fim do corredor finalmente vinha chegando. O som vinha arrastado no chão, as mãos que mais pareciam pernas faziam com que aquela mulher de 80 e poucos anos se deslocasse, parasse ou, quem sabe, corresse fugindo da água. O balde de água cheio era derramado com vontade na altura de Rosa que rapidamente se equilibrava na extremidade que a deixasse mais alta. Seus joelhos. Após Rosa repetir por muitas e muitas vezes, rememoro a frase: “ Trouxe meu brinco? Trouxe meu colar?”. A frase foi sendo repetida diariamente e por tantas vezes ganhou colares, ganhou brincos. Os objetos eram revertidos por Rosa em troca por cigarros. Outras mulheres que ali também estavam e que gostariam de ter os brincos/ colares davam seus cigarros em troca. E assim Rosa não deixava de fumar. O curioso era que com o discurso da saúde muito presente - onde o prazer é regulado por uma medida e sempre de modo moderado-, o cigarro, então, por diversas vezes era controlado pela equipe em quantidades determinadas por dia. Havia algumas daquelas mulheres que passavam o dia à espera de um fumo inteiro, não de guimbas. Rosa passara despercebida naquele ritual do resgate da vaidade; se as unhas pintadas estavam ali por toda tarde, com os pedidos de brincos e colares também não houve proibição. Aqueles brincos eram revertidos todos em fumo, em fumos não regulados. Rosa é a multiplicidade de corpos que se levantam mesmo sem pernas, contra regimes que constroem a privação de um

corpo que pode, inclusive, fazendo uso da *identidade* ao pedir brincos e trocá-los por cigarro. Rosa nos lembra que a regulação do prazer não é algo tão incomum assim.

Diante de uma sociedade hedonista consumista, o discurso do prazer que inevitavelmente finda na *falta* trata-se de considerável estratégia de regulação do corpo. Nada de excesso ou que extrapole ou que ultrapasse a marca *de como sentir prazer*. O cigarro em si não é questão de nada, ou seja, não estamos falando do cigarro de Rosa e, sim, de um funcionamento em que este cigarro tem hora para acender e para apagar. Estamos falando do que se coloca nessa relação corpo e prazer. Se ilustrarmos este cigarro não mais como um papel de fumo simplesmente, mas fazendo parte daquele corpo, entenderemos que o que se acende e apaga, apaga e acende não se restringe a uma ponta. Nesse sentido, as pontas que fazem conexão com tal discurso de regulação são as mais diversas. Um corpo, um gênero, um prazer. Nessa cortina de fumaça não precisamos estar em um manicômio ou onde for para virarmos guimbas, guimbas de pulmões limpos. O que é um cigarro? O que é um corpo? O estranhamento é que a naturalização de ambos por um envoltório, seja feito por um contorno de papel ou de pele, nos deixa mais próximos do que imaginamos. E, antes que a patrulha torne esse texto um *risco à saúde*, a questão inevitável é afirmar o desejo não mais limitado a um corpo pré-discursivo; assumimos a tentativa de escaparmos de virarmos guimbas.

Desejo, prazer, potentia gaudendi

Beatriz Preciado (2002) chama de contrassexualidade uma política do desejo capaz de sexualizar todo o corpo, esse corpo não é mais encarnado nas funções

delimitadas a cada órgão. Quer dizer, o prazer não estará localizado tão somente nos órgãos sexuais ou outros; e isso não é o mesmo que dizer que os desconsideramos. O corpo que aqui falamos não é tão somente passível de compreensão, mas de sua própria invenção na experimentação das práticas. Podemos dizer que este corpo também são práticas. Para Deleuze e Guattari(1996):

[...] O organismo não é o corpo, o Corpo sem órgãos, mas um estrato sobre o Corpo sem órgãos, quer dizer, um fenômeno de acumulação, de coagulação, de sedimentação que lhe impõe formas, funções, ligações, organizações dominantes e hierarquizadas, transcendências organizadas para extrair trabalho útil. (Deleuze & Guattari, 1996, pp. 19-20)

O desejo não recai mais, portanto, na gênese e, sim, na processualidade. Ter uma origem para o desejo traria concepções imaculadas como, um desejo espontâneo e natural a cada um, fadado à falta que o acompanha; um corpo em busca do desvelar da sua verdade suspenso de qualquer contexto histórico-político. O corpo não carrega o desejo a ser suprido, ele mesmo se põe em funcionamento enquanto produção desejante. A princípio, a palavra *produção* é usada para designar um corpo produzido constantemente e, não mais pronto, à medida que os agenciamentos do desejo se fazem ou desfazem. Chamamos de agenciamentos os fluxos que põem determinados dispositivos em funcionamento. É o caso do dispositivo da sexualidade que esmaga as pontas de conexão do agenciamento do desejo a outras potencialidades quando a sexualidade acaba por repousar sobre o sexo. A leitura dessa sobreposição deságua nas inscrições das identidades sexuais a cada corpo. É a imposição de um corpo, de um

desejo, um prazer. Uma medida: a falta no desejo e a norma do prazer. Sinta-o, desde que não extrapole ou seja potencialmente perturbadora a estabilidade.

Discorrendo ainda *na medida que não extrapola*, recordamos de um exemplo importante da produção do desejo. O desejo de ser mãe, o amor incondicional, fonte de prazer à família. Seria este um analisador, não só pela produção da falta na não maternidade, mas porque a maternidade é entendida como categoria afetiva. Sim, assim podemos dizer também, contudo, antes de pai e mãe serem categorias afetivas, são categorias de poder, artefatos que engendram discursos poderosíssimos. Com o real fixado no que está sempre por vir, a falta não permite conexão com outras expressões possíveis; a produção incessante de desejo ou formas inéditas é temida.

Se o desejo existe enquanto fluxo, ele mesmo não pode recorrer à noção de estar sendo carregado por um corpo que o supri. O corpo e a produção desejante estão emaranhados no plano de imanência, onde nesse campo de intensidades, ambos são lançados às conexões ininterruptas. O corpo e a produção desejante tem suas atualizações e suas virtualidades em movimento nas conexões do agenciamento do desejo. Falamos de corpos tão orgânicos e biológicos quanto políticos!

A menina, a mocinha, outrx...

A menina havia ido com sua irmã a padaria, não era a primeira vez que faziam aquele trajeto. A cantoria junto com o barulho das iniciantes baquetas ¹⁵da bateria se

¹⁵ Baquetas – Acessório de instrumento musical. As baquetas são palitos de madeira compridos utilizados para bater nos tons e caixa da bateria.

misturava com os ruídos da rua, naquele trecho o passo sempre ficava mais lento, arrastado. A irmã ia tomando a frente e, inevitavelmente, a menina sempre ficava a bisbilhotar lá dentro. Tantos sons vinham dali... Em uma dessas passagens, a vontade de fazer parte daquilo, aconteceu. A escola de música do bairro atravessava, então, a calçada da rua e fazia suas instalações no jantar, no café da manhã e em todo tempo que a menina sem muito perceber carregava a escola em seus inúmeros pedidos ao pai. O pai ainda sem entender de onde vinha tamanha cisma, pergunta: e desde quando você conhece essa escola de música minha filha? Ele também não se deu conta que o *desconhecido* já era sua filha.

Aos 17 anos, idade esta em que Clara passa a ser chamada de *mocinha* com certa frequência, conheceu uma amiga que morava justo em frente a tal escola de música. Em um dia parecido com outro, na varanda da casa de sua amiga, o desejo posto ao vento se conecta com aquele lugar sonoro. Agora, a negociação dentro de casa tivera mais sucesso. Clara estava animadíssima com a primeira aula de piano! A professora, o piano, a aula. O encontro formatado em aula, datado e com hora de começo e de fim, extrapolava qualquer ensinamento que se pudera até então. Quem poderia prever que na aula de música o instrumento em questão seria o corpo. O que o corpo experimentava naquele encontro era inédito e também confuso, não por um embaralhamento das idéias, mas por uma desarrumação dos afetos nas justas posições que havia aprendido/aprendido até então. Afeto tem posição? Clara passou a contar os dias para sua aula de piano, não via a hora de chegar o dia da aula. Estava tudo tão esquisito... Primeiro, começou a achar que gostava muito de piano; em seguida *gostar muito de piano* não se sustentou por muito tempo, pois a professora parecia ser mais interessante. Foi aí que surgiu a hipótese de uma *amizade muito forte*, pois estava claro

que qualquer amizade também não poderia ser, logo, uma amizade muito forte. Só isso para ser motivo de tantos pensamentos na tal professora de piano. Do lugar conhecido da amizade ao estranho apaixonamento! As pontas dos agenciamentos do desejo teriam lhe pregado uma peça? Ou então nós é que insistimos em pregar o desejo em um corpo silenciado. O corpo dito de menina que saiu para ir à padaria, nunca mais fora visto desde então... E não precisamos procurar nada, se não há falta, não há busca. Digamos que outras, outros, outrxs passaram por ali.

A força orgástica ou *potentia gaudendi* elaborada por Beatriz Preciado (2002), diferente do prazer regulável, nos traz a dimensão de uma força excitável que extrapola qualquer estrutura abstrata ou material. A *potentia gaudendi* não tem gênero, não está circunscrita em nenhum papel ou lugar social, não sobrepõe um órgão ao outro, não há diferença dos poros da pele para o dedo, o cotovelo. O excesso perturbador censurado nos nossos modos de sentir prazer não é medido na *potentia gaudendi*, pois não há medida.

O que será que me dá
 Que me bole por dentro, será que me dá
 Que brota à flor da pele, será que me dá
 E que me sobe às faces e me faz corar
 E que me salta aos olhos a me atraiçoar
 E que me aperta o peito e me faz confessar
 O que não tem mais jeito de dissimular
 E que nem é direito ninguém recusar
 E que me faz mendigo, me faz suplicar
 O que não tem medida, nem nunca terá

O que não tem remédio, nem nunca terá

O que não tem receita

O que será que será

Que dá dentro da gente e que não devia

Que desacata a gente, que é revelia

Que é feito uma aguardente que não sacia

Que é feito estar doente de uma folia

Que nem dez mandamentos vão conciliar

Nem todos os unguentos vão aliviar

Nem todos os quebrantos, toda alquimia

E nem todos os santos, será que será

O que não tem descanso, nem nunca terá

O que não tem cansaço, nem nunca terá

O que não tem limite

O que será que me dá

Que me queima por dentro, será que me dá

Que me perturba o sono, será que me dá

Que todos os tremores me vêm agitar

Que todos os ardores me vêm atiçar

Que todos os suores me vêm encharcar

Que todos os meus nervos stão a rogar

Que todos os meus órgãos estão a clamar

E uma aflição medonha me faz implorar

O que não tem vergonha, nem nunca terá

O que não tem governo, nem nunca terá

O que não tem juízo

(Chico Buarque, O QUE SERÁ - À FLOR DA PELE)

A força que falamos se estenderia a tudo e qualquer coisa, desconsiderando posições e ameaças a estabilidade do prazer. A sexualidade e o corpo seriam irrompidos nas ações políticas e não mais imaculados. Essa força é aquilo que a sociedade capitalística discursa não servir para nada, uma vez que essa excitação seria mortal à lógica discursiva do prazer. Seria mortal, pois a lógica do prazer é sempre regulada por como sentir e até onde sentir. É o mesmo funcionamento que recorta no corpo as partes erógenas e não erógenas. Esse corpo, então, é programado à reprodução e ao prazer genital apenas. Diante disso, todo conjunto de tecnologias vão representando cada categoria de gênero vigente, como se o gênero fosse uma construção cultural sim, mas ainda aterrado na genitália. O gênero sendo sistemas de tecnologias precisas, não estaria ele nos privando de modo eficaz a potentia gaudendi? Entendendo o gênero, como já dito, enquanto (tecno)gênero, ou seja, não mais assinalar o X no homem ou mulher, e sim as tecnologias mais diversas que enquadram esse X; podemos dizer que a força orgástica seria diferente: o corpo é lançado a ser totalmente excitável. É justo ai que não importa mais o corpo recortado que nos foi dado, pois a cada recorte vem uma funcionalidade e, não se trata mais disso. Deste modo, descosturar o corpo retalhado implica em outro olhar, em outras costuras. A mão, por exemplo, não serve mais exclusivamente para segurar, pois dissolver o uso funcional dos membros é também desfazer da noção de um corpo em partes. Esse corpo é colocado em performance, lançado a excitação. Essa excitação não mais fará conexão com a genitália, mas com o corpo excitável, onde a genitália também é esse corpo sem o sobrepor.

A redução do corpo a estados de impotência, onde certas barganhas, recompensas, regimes sexuais, alimentares, de lazer, econômico, regimes corporais operam o poder através do discurso compensatório do prazer, vão produzindo um corpo que não sabe acontecer. Em busca da preservação do nosso corpo, da nossa família, da nossa sociedade - sempre “nossa”- desencontramos dos estados intensivos que destroem estes apegos. Intensidades que destroem sempre a criação. E, destruir o corpo, não quer dizer ficar sem corpo, e sim, potencializá-lo para que o órgão não seja dominante, para que o investimento não seja tão somente no organismo, mas na potência de vida.

O conceito de *potentia gaudendi* quando articulado ao corpo sem órgãos de Artaud (1983) nos serve como importante provocação. Empoderar um corpo não é exatamente potencializar. Em nossos regimes de recompensas nos vemos empoderados. Siga o caminho assim e assado: você será alguém de sucesso, recompensado e feliz. Em busca do sempre *final feliz*, seguimos! E somos! O que acontece, quer dizer, o que não acontece é o corpo. O corpo fica apegado a estados, seguindo orientado na dependência de cadeias estabelecidas. No manual da felicidade, o prazer vem como resposta ao referendo seguido, não é que não exista o sucesso e a felicidade para aqueles que seguirem a regra passo a passo; a questão que se coloca é que o prazer enquanto organização de poder, empodera sim, mas leva a uma vida que sempre carecerá das determinações corpóreas do momento. Cada vez mais empoderado e menos autônomo. Estamos sempre pensando como não sentir a dor, premeditando, o prazer é só o engodo da história.

E o que seria um corpo sem órgãos? Mais, para que servem nossos órgãos então? O acontecimento só existe em ato. É no acontecimento que a potência da nossa existência se efetua produzindo corpo. O corpo organizado ao qual nos apegamos, esse

onde cada órgão tem sua função, o corpo que aprendemos a desenhar na escola e diariamente colocamos em ação; este corpo é um meio da própria potência seguir em variação e se intensificar e, daí a importância do ato. O uso que fazemos dos acontecimentos em nossas ditaduras é o que torna esse corpo um estado de atolamento. Não é que nada aconteça, é o olhar que está sem acontecimento. Na estilização da vida tudo é muito significativo e com sua \$, o desejo sempre lançado ao fim, as intensidades submetidas à interpretação.

O corpo sem órgãos nos faz problematizar esse corpo que vive curvado, cansado, cansado por não acontecer! A gente cansa ao passo que não acontecemos mais. Fazer da existência uma potência de criar corpo, de criar desejo é o que chamamos de corpo sem órgãos. Não é uma definição, é um corpo experienciado, vivido em uma implicação radical de um modo diferente de vida. É a aposta na desconfiança dos nossos próprios órgãos. Nessa desconfiança em que o desejo não está no eu, mas no próprio acontecimento. E o acontecimento onde está? Temos a necessidade de localizar, de organizar, de por um órgão ou outro; pois bem, o acontecimento é o que move a vida, seria a potência no meio sem forma previa, sem ponto de partida ou chegada. O corpo é efeito, justo por isso é necessária a continuidade dessa potência para que, então, o acontecimento esteja sempre a produzir estados de corpos. Experienciar o corpo sem órgãos é ter como efeito do acontecimento outros corpos. É colocar em xeque que a idealidade no corpo de sempre nada mais é do que a própria impotência de criar acontecimento.

Podemos pensar também o desejo enquanto esse acontecimento. Isto é, não estamos falando de algo estruturado ou reprimido, e sim, de processo. Nessa processualidade, coisas ou pessoas são efeitos, sobretudo das zonas e fluxos de

intensidades que constituem o campo de imanência. O corpo visto como somente biológico é tanto quanto político, pois nele os agenciamentos de desejo se atualizam ou não. O prazer, como dito, nos vem organizado em sua estratificação: as medidas que nos chegam e que procuramos. Uma procura menos por uma ideia de espontaneidade ou naturalidade e mais por uma produção “da busca”. Nesse sentido, reconhecer o desejo na falta ou repressão ao lado do discurso do prazer, nos parece ser um funcionamento perigoso de descartar, visto que o desejo está no campo de imanência.

Ainda, entretanto, com todas as ferramentas que estão nos auxiliando a pensar a criação de outros modos de existência, há um incômodo. A problematização desse corpo enquanto lugar de internação e essa aposta na invenção de outros corpos, talvez, mesmo assim, continue a mascarar as unidades que estamos a buscar. A autora Beatriz Preciado coloca para nossa utilização alguns conceitos, aqui já percorridos, um tanto ousados. E, sem dúvida alguma, ousados por apontar a impotência de vida que adotamos. As contribuições da autora são valiosas e diante dessas mesmas contribuições é que permanecemos interrogando. O desmanche da funcionalidade de um órgão que sobrepõe outro; a desconstrução de um corpo nada excitável em um corpo que embaralha a visão e que desafia suas possibilidades; de um corpo onde o cotovelo pode ser tanto mais; ainda assim, é preciso estarmos atentos a ideia organicista que insiste em pairar, mesmo que diante de pensamentos que nos parecem tão ousados e inovadores.

CENAS III

Cenas na cidade: linhas, costuras e corpos

As portas e suas passagens

O portão se abria todos os dias às 15hs. Em lugar onde as passagens têm hora, no mínimo devemos pensar a respeito. O ferro, então, era puxado para a abertura da passagem; o barulho do metal enferrujado e grudado rente ao portão anunciava que o movimento de abrir não era freqüente. No toque da ferrugem gelada, ainda fazendo força para arrastar o portão pesado, o gosto metálico chegava à boca. O molho da chave refletia o raio que passava fugidio pela brecha do portão. A cabeça raspada, a força, vinha se aproximando... E lá vínhamos nós com os interrogatórios. É impressionante como sempre estamos querendo entender e isso necessariamente ativa certa lógica; para toda pergunta uma resposta, para toda resposta uma errância ou não. As vozes dispersavam no pátio enorme; não paravam de dizer alguma coisa que pouco podia entender, se é que se podia. Parecia que todas comentavam ao mesmo tempo dos diversos eventos que ocorria ali e não podíamos... Além das 230 internações, não podíamos dizer quantos corpos internados carregávamos conosco porta adentro.

A porta se abria todos os dias, 24hs por dia. As passagens eram muitas, mas bem menos do que imaginávamos. A maçaneta dourada deslizava na mão e o cheiro dos temperos no salão era o primeiro a entrar. No espelho a multidão, que com frequência ajeitava os cabelos e passava o batom, reflexo das diversas vozes em uma só expressão. Os sussurros diziam o que claramente se podia entender, mesmo sem uma palavra em

voz alta. Parecia que todos comentavam ao mesmo tempo o que ocorria ali e, não podia ocorrer... A cabeça raspada dessa vez veio acompanhada de uma calça larga. Diferente do manicômio, não foi raspada a força. O interrogatório fora iniciado... Os códigos vigentes da masculinidade não deveriam estar inscritos no corpo que atravessava aquela porta, sem dúvida houve algum engano. A ambiguidade de gênero provocava uma inspeção minuciosa dos pés à cabeça; a conferência ocorria não só pelo fato de ter havido um equívoco do outro, mas da necessidade do próprio *inspetor de gênero* conferir seu não equívoco em um lugar que não é o seu. E que fique claro, não é! Os olhos corriam pela arquitetura da cabine de gênero até chegar à placa pendurada na porta, ali estava a confirmação, o desenho de uma *dama*. E nessa hora evacua-se gênero: “Aqui é o banheiro das mulheres”. Podemos, assim, continuar a ver o banheiro enquanto apenas uma porta onde vamos deixar nossos excrementos, ou então, colocar a pensar que a arquitetura de cada espaço na cidade, o desenho seja pendurado na porta que indica um gênero ou estampado no corpo que arrastamos, são todos tecnologias de gênero.

Da placa escrita Hospital Psiquiátrico as placas com desenhos de batons, bengalas, gravatas etc. As internações contadas e recontadas nesse trabalho não apontam um espaço entre muros para que estas ocorram. Muito menos temos a intenção de legitimar os nossos *locais de internação*, como é o caso do manicômio. A internação que percorremos perpassa pelo corpo que está anestesiado de suas potências. Essa internação até a alta médica não desfaz. Falamos do corpo internado que deixamos preso a portas abertas nos banheiros da cidade e de tantos outros que imobilizamos em nossas camisas de força. Não queremos categorizar em mulheres femininas, homens masculinos, não nos interessa se usam o batom desenhado na porta ou se colocam a

gravata no pescoço todo dia pela manhã. O ponto é que há tantos possíveis a se inventar com esse corpo, contudo, não podemos dizer aqui que estas passagens estão para todos. É preciso interrogar a realidade que nos foi dada de um corpo chapado. Esse corpo bem desenhado, sem espaço para a experimentação.

Quantos corpos internados carregamos conosco a céu aberto? Quantos já internamos? E aqui não estamos fazendo menção a “interior” nenhum, nem a “interiorização” alguma. Diferentemente, estamos afirmando que não há essa dicotomia dentro e fora. Por isso mesmo, não há um lugar onde somos internados e outros onde não somos. A institucionalização é cotidiana, nem mesmo esses aparatos sociais garantem só o dentro, como se estivessem suspensos da sociedade, nem só o fora. É possível acontecer processos singulares dentro de um manicômio e longas institucionalizações na cidade.

A porta estava trancada, conferiu para se certificar se todos estavam seguros. Não poderia imaginar que nem todo assalto é a mão armada e, que nem todos levam. Alguns assaltos muito nos trazem. O casamento de anos, dois filhos, a vida parecia estar se acomodando e isso não era nada mal. Era daquelas que falavam “ não sei como fulano aguenta tantas mulheres juntas falando”; “ preciso ir para casa fazer a janta do fulano”. Era religiosa, no sentido de frequentar os cultos e fazer leituras, seguindo com frequência os valores em pauta. Em sua religião família só poderia ser a comunhão entre um homem e uma mulher, logo, estamos falando de uma lógica heteronormativa. Começou a trabalhar e o tempo para frequentar os cultos não era mais o mesmo, na correria dos afazeres no trabalho e doméstico foi ficando cada vez menos presente nos rituais de sua religião. Cada vez menos presente na igreja, um dia resolveu ir. No caminho se deparou com um casal andando de mãos dadas. Ali se deu conta do tempo

que seu marido não segurava em sua mão de quantas e quantas coisas em seu casamento não se seguravam mais. O estranhamento veio quando percebeu que pensava sobre seu casamento ao ver um casal de homens que pareciam felizes. Após pensar em seu casamento, rapidamente começou a pensar porque tal cena despertara algo que ela própria viu como um casal. E, logo em seguida, repetiu a si mesma que é casada e que essa cena que acabara de ver é que é um erro. Chegou a casa com vontade de ficar perto do marido, mas ao encontrar o marido o mesmo sequer olhou para ela. Novamente pensou que o importante é que estava casada e devia agradecer por isso. Trancou a porta novamente e adormeceu. A religião também pode ser poderosa tecnologia de gênero, institucionalizando vidas a modelos a serem seguidos. Modelos de família, de sexualidade que estão diretamente ligados ao gênero que foi estabelecido. Vamos nos tornando passagens interditadas, permanecemos trancados do imprevisível.

Na cidade as tecnologias de gênero vão sendo operadas por meio de religiões, leis, ciências, arquitetura etc. De modo discreto as passagens vão sendo reguladas, inclusive e principalmente, o acesso que se tem ao próprio corpo. São as portas diárias que vão lacrando desde espaços arquitetônicos até a organização do andar, do falar, do sentir, do transar; de um corpo em obra: desculpe o transtorno! Nesse invólucro, o modo de gestão da cidade, que diz ocupar-se da ordem social, propondo projetos arquitetônicos e seus funcionamentos de biopoder, vai, então, fabricando debaixo dos seus pretextos, portas sem maçaneta. Faz-se urgente uma política de corpos que deem passagem.

Clandestinos

As quedas dos corpos despencavam, alguns de tão duros eram confundidos com o chão que caíam, outros se esparramavam sem contorno, havia aqueles que se transformavam na própria passagem e também interdição. Uma tempestade de encontros se dava em tardes ensolaradas. Quem foi que disse? Que multidão é essa que não vejo e que me derruba levantando? Tantas e tantas vozes que sou e que de avessos anunciam meu corpo enquanto orifício de outros. Estamos esburacados sem ponto de partida e de chegada: dali, de lá e de intermináveis encontros vamos sendo, deixando de ser para que seja. Da trama de combinações as mais diversas, dos elementos heterogêneos tão prováveis quanto improváveis, desse jogo que nos lança na resistência e, por que não, insistência do inédito. Lá vínhamos nós novamente endividados da crença de que sempre somos os mesmos...

As pernas já estavam quebradas há tempos e só percebeu quando se viu em um esforço que não o tirava do lugar. Depressão, angústia, ansiedade, controle excessivo, medo do que estava sempre por vir; os analistas de plantão foram, então, passando o cimento. E as pernas ali, quebradas! Não, não falo dos membros, esses são costumeiros a permanecerem intactos; é do movimento que estamos falando. Do mover-se em outros de nós. As fissuras eram tão espessas quanto as possibilidades de um novo andar, mas as pernas já estavam acimentadas nas patologias. Só prestou atenção na fissura que abria quando parado no aperto de suas prescrições cotidianas, se viu farto das crenças que o *asseguravam*, foi crendo em desconfiar.

Nessa fumaça de gente, cyborgues, pombos, órgãos sem corpo e corpos sem órgãos, organismos, eis que é possível gerar alianças estratégicas não essencialistas. A tragédia da vida ou patologização ou como quisermos chamar, não terão, então, mais a leitura apenas do referendo social de um corpo que não pode. A unidade por qual entendemos o corpo será o próprio meio de destruí-lo e libertá-lo em outros e, por isso mesmo, não mais totalizaremos na unidade. Isso se dará à medida que a ideia de um corpo totalizado nele mesmo reconhecerá este somente enquanto produção e não naturalizará esta concepção, fazendo uso de suas fissuras. São nos micropontos de fuga que multiplicaremos as pernas em ações e, não mais, no passo a passo. O corpo em movimento. O território árido também nos interessará; exatamente esse que é tido como o que pouco ou nada produz, pois nos interstícios das falhas de representações e tecnologias de controle que pensaremos o corpo enquanto fronteira. Ao mesmo que experimentarmos os efeitos de naturalização das políticas de identidades, o corpo clandestino permanecerá nesse *entre do ser ao inventado*. Estamos querendo dizer do “entre” daquilo que é e que pode não ser também, mas que se conecta com ambos no movimento desse desvio; o desprezo ao binarismo.

Sozinho vou com minha dor
Escolho minha sentença
Correr é meu destino
Para escapar da lei

Perdido no coração
Da grande babilônia
Me chamam de clandestino
Por não ter identidade

Pra uma cidade do norte
Eu parti para trabalhar
Minha vida lá deixei
Entre Celta e Gibraltar

Sou uma arraia no mar
Fantasma da cidade
Minha vida é proibida
Disse a autoridade

Sozinho vou com minha dor
Escolho minha sentença
Correr é meu destino
Para escapar da lei

Perdido no coração
Da grande babilônia
Me chamam de clandestino
Eu sou o "Quebra Lei"

Mano Negra clandestina
Peruano clandestino
Africano clandestino
Maconha ilegal

Sozinho vou com minha dor
Escolho minha sentença
Correr é meu destino
Para escapar da lei
Perdido no coração
Da grande babilônia
Me chamam de clandestino
Por não ter identidade

Argelino clandestino

Nigeriano clandestino
Boliviano clandestino
Mão Negra ilegal
(Clandestino -Manu Chao)

O clandestino também não guardará nenhuma garantia de não ser mais um dos nossos artifícios de manutenção organicista, do uno. Pode sim, ser mais uma grande armadilha que pregamos ao nosso olhar que com frequência – e não à toa- procura a *essência* das coisas. O engodo de onde viemos e para onde vamos. Pensando nisso, o clandestino em nós só pode ser pensado enquanto movimento que em suas experimentações tem como aposta ser contínuo. O importante é problematizarmos que essa continuidade não é uma identidade, mas uma estratégia de subversão no âmago das falhas de controle. A continuidade é pelo movimentar-se.

A saia girava pelas esquinas e ruelas, ia passando... As paradas eram bem marcadas nos olhares que fixavam o colorido sombreado no preto e branco do empobrecimento, ou não, de cada olhar. No trajeto: comentários, encantamentos, indignação, provocações, nascimentos, assobios, assassinatos, interações, choques, polícias, adeptos, estrangeiros, mulheres, homens, loucos, artistas, inventores, indizível, inomináveis, clandestinos e, também, o não apreendido... No balanço do movimento *ensaiante*, quanto alvoroço. Os rodopios estranhamente ainda inéditos para muitos, inclusive para mim, remetiam a nossa impotência de produzir acontecimento. E isso seria um pouco mais vasto e complexo do que uma saia em si, uma calça, uma gravata de bolinhas; tratava-se da afirmação de um corpo em transformação.

Os giros em cores pela cidade aconteciam... A saia nesse caso, não vestia o corpo, não cobria a nudez, a saia desvestia investida de nudez e, por isso mesmo, precisamente costurava o corpo como no bordado. A borda também dava o desenho do que poderia ser visto, como: um Homem de saia. Contudo, o “Homem de saia” como um novelo ia se desfazendo à medida que aquele corpo anunciava a afirmação de outros. Agora o anúncio não seria mais o que o Homem trazia preso à cintura, nem a combinação barba e saia, muito menos a sexualidade em discussão; o anunciante era o próprio encontro! E os anúncios foram tão múltiplos quanto os corpos que estavam naquela sala. Nesse encontro não houve corpo que não fosse colocado em evidência, o horror e intensa fascinação a cada qual estavam manifestos. O clandestino em nós passava por ali sorrateiro na fronteira entre a naturalização do que nos tornamos, do corpo que somos e referendamos, e a possibilidade de corpos de insistentes densidades políticas.

Naquele espaço de discussão às terças-feiras, a rede balançou. O sopro veio no respiro do andar distraído de quem faz do acaso também seu trajeto. O caminho a nenhum lugar a priori foi provocando certos questionamentos dos lugares que temos caminhado até então. O *ensaiente* que parecia ter passado por aquela soleira nos anunciava que nem a soleira da porta era mais a mesma. O espaço concreto – a sala, o horário, às terças-feiras- também compunha o encontro. As plantas, a luz, as almofadas e a soleira daquela porta ganhavam o colorido junto à agudeza de pensarmos outras lãs, bordados e tecituras para nos despirmos.

Atropelo: vaga-lume!

O maleiro vinha entupido de gêneros, família, sexualidade, religião, casamento e diversas instituições à espreita das serventias que isso possa ter para a vida. Vai que um dia precisasse usar sua bagagem... Na avenida aparentemente larga as velocidades estavam em alta. Os guardas a postos nas esquinas com seus apitos conseguiam desacelerar o motor do carro; o pé no freio enganava a fotografia do radar de fiscalização. No entanto, o olhar permanecia em alta velocidade disfarçado em cara de paisagem. Pensava que alguma coisa tinha que fazer para evitar a tragédia que já nem se lembrava mais qual. Tentou, então, sair daquela lataria: o corpo foi e voltou. Foi quando lembrou que ainda estava de cinto. Saiu; corria tanto porque tanto ainda tinha a fazer que o atraso parecia ser seu compromisso. Fez o que tinha a fazer e voltou ao seu ritmo. Nem sei se tão seu assim. Nessa correria a paisagem era feita da mesma cor, tudo era igual.

Havia também quem passava por ali em outro ritmo, em uma velocidade outra que decidira fazer do seu trânsito seu próprio corpo. A este, as infrações também vinham, mas em outras ordens. O transitar lento, distraído, diferente do primeiro, borrava a paisagem em sua lentidão, olhava, borrava, borrava e olhava... O ritmo não remetia apenas a velocidade, é que esse, diferente do primeiro, se apegava a detalhes. Andava quilômetros parado a olhar cada cor que de seus borrões saia. Ah sim, tratando-se de velocidades tão díspares: o atropelo aconteceu! Não se viu, não se soube... Qual velocidade atropelou qual? O atropelamento se embolou no acontecimento e, logo veio a novidade: nasceu vaga-lume. Vaga- lumes lampejando seus corpos enquanto território

de luta. Apagando daqui... Acendendo de lá... Atropelos: vaga-lume. Apagando lá...
acendendo aqui... Atropelo! Vaga-lume!

ENSAIOS [DE UMA CONCLUSÃO]

Dentre as experiências que tiveram suas linhas borradas em outras histórias tão embaralhadas quanto afirmadas nas minúcias do *entre*, daquilo que se diz ser, que se é e/ou não é, sem repartições; os fluxos, os cortes, outros fluxos e tantos mais cortes percorridos, foram tentativas de colocar em xeque nossas constantes capturas: o funcionamento policialesco não é mais algo restrito a polícia; a cada um cabe pensar onde sua patrulha faz ronda. Assim como, por onde nossas manicures andam fazendo unhas, ou então, em quais situações nossos gritos de *Socorro* tem sido arrancados e se nossas recusas às roupas (*a*)*Zilar* tem acontecido. Não nos enganemos de novo, as camisas de força estão penduradas nas vitrines da cidade e não só no hospício.

A observação de que tais capturas são constantes faz sentido somente em imanência, na qual a vida transpira poros de possíveis. São os estados de corpos que fazem uso de suas identidades de modo tão potente quanto abrem mãos delas; mãos abertas que em suas elasticidades desdobram corpos inenarráveis. Nessa pesquisa, a insistência no rasgo incosturável de tantos corpos foi o detalhe que fez sentido à pesquisadora que vos fala. E isso é um detalhe, mas não *só um*. O rasgo que digo não tem conotação de dor, trauma ou algo a ser evitado. É a aposta na potência da abertura. Fornecedor da multiplicidade de linhas que me costuram ao mesmo tempo em que me apodrecem. Entretanto, não rompe com todas as linhas que também sustentam a vida, não sejamos tão onipotentes assim, nem tão ingênuos. Falo de abertura e não de aniquilação.

Ao longo do percurso os conceitos utilizados foram sendo pinçados à medida que os rasgos foram entremeando nos espaços da circulação de determinado corpo e seus acessos: o meu corpo. Inicialmente o que facilmente indicava para uma temática da discussão de gênero vai compondo novas paisagens ao estranhar os rastros dos vestígios corpóreos. Nos híbridos acoplamentos, os ruídos que chegam aos ouvidos como ensurdecadores vão permitindo, junto com o texto, ensurdecer uma infinidade de órgãos e corpos há tempos ouvidos. Escapar da ideia de uma discussão de gênero como tema central da dissertação me pareceu interessante, não para furtar a discussão que aqui ocorreu e nem diminuir sua importância, mas pelo perigo de afirmar justo o que gostaríamos de problematizar: a naturalização do modelo que é o corpo orgânico. O gênero enquanto produto do contrato social de uma heteronormatividade não vem destacado do corpo como artefato biopolítico que garantirá a normalização.

Com as apostas estabelecidas, não foram aleatórias as cenas escolhidas acontecerem em grande parte dentro do manicômio. O manicômio enquanto dispositivo social legitimado a internar fotografa não apenas a estrutura hospitalocêntrica da qual fazemos uso, mas as incontáveis internações que não aparecem nos rostos de quem vaga por ali, nem de quem vaga do outro lado do portão. Falamos dos tantos e tantos corpos de traçados inalterados que arrastamos pela cidade. A lógica manicomial da vida, das nossas incontáveis instituições e não só da experiência da loucura; do fino gesto, do rosto que não apresenta ausência de expressão, da mão firme que não treme, do grito ponderado e comedido. As nossas internações a céu aberto!

Que, então, do modo que for possível de entendimento aqui, tento dizer do valioso desacordo que houve nessa jornada. As narrativas que pretendiam localizar início, meio e fim foram insistentes em desarrumar minhas vestimentas. Foram

escapando dos inícios e fins que me traziam e, nesse jogo de cenas, as roupas do avesso também me viraram. Os sapatos se entranharam no caminho sendo pedras incômodas e gramas macias. Não necessariamente nessa ordem, nem um e outro. Não sei dizer ao certo ainda o que houve, mas aconteceu. O que me vestia me fazia tanto quanto o que desvestia. Assim, os *detalhes* que frequentemente são narrados como adereços e, por que não, desvalorizados em nosso contemporâneo, aqui nessa pesquisa, foram importantes pontos de rasgos. Nessas aberturas, o ranger do portão enferrujado anuncia o meu corpo que enferrujou de ser tão inexorável. Quantas mãos se apressaram ali a tecer outro corpo, já que algum o eu gostaria... Outro corpo então. Aquele, esse, o próximo, o que um tinha a ver com o outro? Do fluxo de tantos, o que sou? O insuportável da possibilidade de ficar à deriva compareceu me fazendo escorrer ao ressaltar que a naturalização é sempre mais abrangente do que se pensa. A escrita tracejou, o ponto que se conectava foi esmagado virando traço, não saía daquilo. Arrastei e nada, se recusava a estabelecer um acordo. Nessa pausa de dias os traços se davam, mas nenhum risco de letra, os riscos assumidos eram outros.

No desacordo, eis o colorido de um corpo que pode se decompor em linhas. O cheiro do corpo total parece entranhar, o rasgo afrouxa; no entanto, se repete a costura que os liga. Esse movimento se repetiu por incontáveis vezes. É a revolução de afectos¹⁶, transformações que nem se pretende dizer as quais. A aposta de escrita inacabada torna difícil o corte no fluxo, portanto, seguimos sem tornar as narrativas reparadoras das quedas, nem fazedoras de cimento, mas de criar sentidos para perdermos. Nesse (a)rriscar indago o óbvio: que corpo então

¹⁶ Deleuze (2004) faz a distinção de afeto para afecto. Ao afecto não há falta e não é pessoal, diferente do afeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, A. N. Avaliação Genealógica. In: MENANDRO, P. R. M.; TRINDADE, Z. A., BORLOTI, E. B. (orgs.). *Pesquisa em Psicologia: recriando métodos*. Vitória: UFES, 1999, Programa de Pós-Graduação em Psicologia/CAPES/PROIN.

ARTAUD, Antonin. Carta aos Médicos-chefes dos Manicômios. IN: WILLER, Cláudio (org.). *Escritos de Antonin Artaud* (Coleção Rebeldes e Malditos). Porto Alegre, Editora L&PM, 1983.

_____. Acumular Corpos. IN: WILLER, Cláudio (org.). *Escritos de Antonin Artaud* (Coleção Rebeldes e Malditos). Porto Alegre, Editora L&PM, 1983.

AUSTIN, J. L. Quando dizer é fazer. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAPTISTA, Luis Antonio. A atriz, o padre e a psicanalista - Os amoladores de facas. In: _____. *A cidade dos sábios: Reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades*. São Paulo: Summus, 1999.

BUTLER, Judith P. "Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo". *Cadernos Pagu*, n. 11, 1998. Tradução de Pedro Maia Soares para versão do artigo "Contingent Foundations: Feminism and the Question of Postmodernism", no Greater Philadelphia Philosophy Consortium, em setembro de 1990.

_____. 1997. *Excitable Speech: a Politics of the Performative*. New York: Routledge

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Entrevista a Guacira Lopes Louro. *Revista Cult*, São Paulo, n. 185. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2014/01/uma-sequencia-de-atos-2/>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

COIMBRA, Cecília. M. B. Os caminhos de Lapassade e da Análise Institucional: uma empresa possível? In: Revista do Departamento de Psicologia UFF, vol. 7-1, 1996.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. Trad. Eloísa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta. 1988.

DELEUZE, Gilles. *Désir et plaisir*. Magazine Littéraire. Paris, n. 325, oct, 1994, pp. 57-65.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 1996. v. 3.

_____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 1997. v. 4.

DERRIDA, Jacques. Limited inc. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

DESPRET, Viciane. *Que diraient les animaux, si... on leur posait les bonnes questions ?*, Empêcheurs de penser en rond, coll. «La découverte», 2012, 325p. Tradução: Ronald Arendt, 2013/2014.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FERRARI, Márcio. Frase citada de Alfredo Veiga-Neto p.3. *Revista Pedagogia e comunicação*: julho de 2011. Disponível em: <https://sites.google.com/site/filosofiapopular/filosofos/Michael-Foucault> Acesso em: 08 out.2015.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1977

_____. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1985.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *Dits et Écrits 1954-1988, IV*, Paris, Gallimard. 1994.

_____. *Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

_____. *História da loucura na Idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2010. 9.ed.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

HARAWAY, Donna. *Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective*. In: HARAWAY, Donna (org.). *Symians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature*. Nova York: Routledge, 1988/1991. p. 183-202.

_____. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. IN: *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. São Paulo: Autêntica, 1985.

_____. *When species meet*. Posthumanities, Volume 3. University of Minnesota Press. Minneapolis, 2008.

LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. Ensaio de Antropologia Simétrica. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1996.

LOURAU, René. *A Análise Institucional*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1975.

NEVES, C. E. A. B., JOSEPHSON, Sílvia Carvalho. A Crítica como Clínica In: *Texturas da Psicologia-Subjetividade e Política no Contemporâneo*. 1º ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, p. 99-108.

NIETZSCHE, "F. *Além do Bem e do Mal: Prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

PELBART, Peter Pál. *A vertigem por um fio*. São Paulo: Iluminuras, 2000.

PRECIADO, Beatriz. *Testo Yonqui*. Madri: Espasa, 2002.

_____. *Pornotopía*. Barcelona: Editorial Anagrama. 2010.

_____. Entrevista com Beatriz Preciado por Jesús Carrillo. *Revista Poiesis*, julho de 2010. Disponível em: http://www.poiesis.uff.br/PDF/poiesis_15_EntrevistaBeatriz.pdf
Acesso em: 24 out.2014.

_____. Sujeira e gênero. Mijar/cagar. *Substantivo Plural*, 28 abr. 2012. Disponível em: <http://www.substantivoplural.com.br/sujeira-e-genero-mijarcagar-masculinofeminino-por-beatriz-preciado/>. Acesso em: 27 jul. 2014

_____. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, Apr. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 08 Outubro de 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2011000100002>

REIS, Érika F. *O que se quer quando se pede por justiça? Sobre o Espírito de Vingança e a atualidade do Homem do Ressentimento*. 2013. 240f. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, 2013.

SEARLE, J. R. *Actos de fala*. Coimbra: Almedina, 1984.

DISCOGRAFIA:

BUARQUE, Chico. *O que será? À flor da pele.*

CHAO, Manu. *Clandestino.*